

BISSAYA BARRETO E A POLÍTICA ASSISTENCIAL DA JUNTA DA PROVÍNCIA DA BEIRA LITORAL*

Alcina Martins¹

Maria Rosa Tomé²

O contributo para este Catálogo foi um desafio instigante e enriquecedor. Permitiu uma aproximação ao acervo da Assembleia Distrital, que encontrámos no Arquivo da Universidade de Coimbra, à correspondência de Bissaya Barreto, às suas publicações e biblioteca, do Centro de Documentação Bissaya Barreto, bem como à informação relativa à Escola Normal Social, às enfermeiras puericultoras visitadoras de infância e assistentes sociais que integraram as instituições da obra antituberculosa e de proteção à grávida e defesa da criança, existentes no Arquivo do Instituto Superior Miguel Torga.

Trata-se de arquivos de grande valor para o incremento da investigação em diferentes áreas de conhecimento. Regista-se ainda a necessidade de salvar o espólio de várias instituições associadas a Bissaya Barreto e espalhadas pela região, muitas delas já desativadas.

Revisitando estudos, dissertações, catálogos e outras publicações verificamos que estão abertos caminhos para a compreensão da sua biografia, da relação com os regimes políticos (monarquia, república, ditadura militar e Estado Novo), das múltiplas instituições a que esteve associado e/ou criou enquanto presidente de órgãos de administração distrital e provincial. Constituindo contributos relevantes são ainda fragmentos para uma História contemporânea de Coimbra e da região, em tempos de República e de Ditadura, para a análise do significado social e político da sua vida e obra bem, como das diversas influências internacionais.

* MARTINS, Alcina; TOMÉ, M. Rosa, 2013 - "Bissaya Barreto e a política assistencial da Junta da Província da Beira Litoral", in: *Bissaya Barreto (1886-1974). Percorrer uma vida e uma obra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra e Fundação Bissaya Barreto, novembro, p. 45-85. ISBN - 978-972-111-9

1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Associada e Coordenadora do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) - Coimbra - Portugal. Investigadora do CEPESE, Porto.

2 Doutora em História na área de História, ramo de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Professora Auxiliar do Curso de licenciatura e mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) - Coimbra - Portugal. Investigadora do CEPESE, Porto.

Trajétória biográfica e sociopolítica de Bissaya Barreto

Figura de vulto na vida académica, política, social e económica, Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa (1886-1974), nasceu em Castanheira de Pêra, no seio de uma família abastada, de uma elite do mundo da ciência, da política e da Igreja. O seu pai e uma das três irmãs foram farmacêuticos, dois tios foram médicos e personalidades relevantes nas lutas republicanas e o também tio Manuel Agostinho Barreto chegou a bispo do Funchal.

O pai foi presidente da Câmara Municipal de Pedrógão e defendeu e contribuiu para o processo de autonomização de Castanheira de Pera como concelho. O tio Abílio Baeta, cirurgião ajudante do exército, vice-presidente do Senado na Primeira República empenhou-se igualmente na criação do concelho. O tio Augusto Barreto participou no movimento revolucionário liberal de 31 de janeiro de 1891 e ajudou a consolidar a organização do partido republicano em Cuba, onde era médico municipal. Implantada a República, foi governador civil de Castelo Branco, ministro da Marinha, diretor geral da Assistência (1911), vogal do Conselho de Administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (1919-1929) e senador na legislatura de 1925.

Desde criança, Bissaya Barreto revelou uma inteligência invulgar. Excelente aluno ingressou na universidade aos 17 anos, onde realizou disciplinas do curso de matemática, terminou o bacharelato em filosofia (1908), em medicina (1911) e o magistério secundário da Faculdade de Letras (1912)¹.

Fez carreira académica na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, entre 1911 e 1956. Admitido como assistente do doutor Daniel de Matos, concluiu o doutoramento em 1915, com a dissertação “O Sol em Cirurgia”. Em 1942 foi professor catedrático de Patologia Cirúrgica e regente da cadeira de Clínica Cirúrgica, até à sua jubilação em 1956. Lecionou nos cursos de Serviço Social e de Enfermeira Puericultora Visitadora de Infância da Escola Normal Social de Coimbra até 1945. Em 1955 fundou a Escola das Enfermeiras Parteiras Puericultoras, no Instituto Maternal, que veio a ser integrado, em 1973, na Escola de Enfermagem Bissaya Barreto, criada dois anos antes (SALGUEIRO, 2010: 133).

Precursor da grande cirurgia e da helioterapia e médico-cirurgião, desenvolveu carreira nos Hospitais da Universidade de Coimbra. A partir de 1926, foi diretor do serviço clínico de patologia e terapêutica cirúrgica e, posteriormente, da clínica dos

Hospitais e da Clínica de Medicina Operatória. Exerceu ainda medicina noutros serviços, públicos e privados. Foi diretor clínico dos serviços médico-sociais da Delegação de Coimbra da Federação das Caixas de Previdência², dos Caminhos-de-Ferro (para as questões da medicina do trabalho), do Hospital Colónia Rovisco Pais, do Hospital Militar de Coimbra, do Sanatório dos Covões, do Instituto Maternal e do Hospital Sobral Cid.

Exerceu clínica privada até aos 81 anos, em diversas localidades do país: Vila Real, Guarda, Santa Comba Dão, Mealhada, Castanheira de Pera, Figueira da Foz, Espinho, Alcobaça, Ílhavo, Salreu, Viseu, Almeirim, Covilhã, Leiria, Espinho, Anadia, Lousã, Aveiro, Figueira da Foz, Mangualde, Soure, Caramulo, Figueiró dos Vinhos, Sangalhos, Pedrógão Grande, Mortágua; em Coimbra, na Casa de Saúde Santa Isabel, Clínica do Dr. Bacalhau e nos quartos particulares do hospital público³ e foi Diretor Clínico das instâncias termais de Entre-os-Rios e do Luso. Segundo o seu Caderno de anotações estatísticas anuais de serviço cirúrgico realizado, só no ano de 1954 registou um total de 2768 intervenções.

A sua trajetória política foi marcada por um forte ativismo desde a vida universitária, onde participou nos movimentos republicano e estudantil, foi dirigente associativo, escreveu para jornais e foi orador em sessões públicas.

Participou no grupo de Livre Pensamento (1904), na criação do Centro Republicano Académico, assinou o *Manifesto Académico ao País* dos estudantes revolucionários de Coimbra, lançou o jornal “Pátria” e aderiu à greve académica de 1907, integrando o grupo dos “intransigentes” quando era dirigente da Associação Académica e do Centro Republicano.

Em ato de rebeldia, recusou receber das mãos do rei o prémio que lhe foi atribuído por ser um dos melhores alunos da Universidade, e, em 1909, quando o combate entre republicanos e monárquicos se intensifica com as sociedades secretas, aderiu à Maçonaria, através da loja de iniciação de estudantes “A Revolta”. Participou na organização da Carbonária de Coimbra e integrou a componente civil no grupo de estudantes universitários, numa fase em que estas organizações estavam muito associadas ao republicanismo, à reforma e laicização da Universidade.

Em 1911, Bissaya Barreto foi eleito deputado pelo círculo da Figueira da Foz para a Assembleia Constituinte pelo Partido Republicano Português e, no ano seguinte, integrou o grupo parlamentar do Partido Republicano Evolucionista, então criado. As suas intervenções parlamentares incidiram sobre temas de educação, a Universidade de

Coimbra, a medicina e a assistência. Destacou-se a sua participação na defesa do direito à assistência pública, não só às crianças, vindo este direito a ser reconhecido pela Constituição da República Portuguesa.

Foi regularizado e investido na maçonaria no Grande Oriente Lusitano (1911), afastando-se em 1913, devido à sua ligação à ala conservadora republicana.

No regime republicano assumiria ainda outros cargos, no âmbito da administração distrital e municipal. Assim, em 1918 foi eleito procurador à Junta Geral do Distrito de Coimbra, pelo concelho de Penacova e, no ano seguinte, eleito vice-presidente da Mesa desta Junta, pelo Partido Evolucionista⁴. Em 1922 venceu as eleições à Câmara Municipal de Coimbra, liderando uma lista de liberais e católicos e exerceu o cargo de presidente da Câmara até 1926.

Fiel ao republicanismo foi caminhando em direção a um conservadorismo crescente até enfileirar a União Nacional. De revolucionário republicano, passou para o partido republicano evolucionista e, acompanhando as tendências mais à direita do republicanismo, aderiu à União Liberal Republicana (1926), movimento que fez a transição dos partidos republicanos conservadores para a ditadura militar e Estado Novo. Criada a União Nacional (1930), Bissaya Barreto veio a integrar a sua Comissão Central, presidida por Oliveira Salazar.

Assim, depois de toda a atividade republicana, ocupou, ininterruptamente, cargos políticos ao longo dos 47 anos, da Ditadura Militar até à queda do Estado Novo, quer no âmbito da administração distrital e provincial (presidindo à Junta Geral do Distrito de Coimbra, à Junta da Província da Beira Litoral e à Junta Distrital de Coimbra), quer nas estruturas corporativas do regime, como Presidente do Conselho Geral do Grémio da Lavoura de Coimbra (1949) e como Procurador à Câmara Corporativa, na VIII legislatura (1961-1965) e na IX legislatura (1965-1969), em representação das instituições privadas de assistência. Foi também provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, de 1963 a 1974.

A partir dos anos 30, envolveu-se numa intensa atividade empresarial, da qual destacamos a presidência do Conselho de Administração da Sociedade das Águas do Luso, dos Estaleiros Navais do Mondego, da Agrinco S.A.R.L., da Assembleia Geral da Companhia de Seguros Ourique, S.A.R.L. e da Lusitânia Companhia de Pesca da Figueira da Foz, como seu principal acionista, membro efetivo do Conselho de Administração da União Elétrica Portuguesa, vogal do Conselho de Administração da Celulose Billerud, S.A.R.L., encontrando-se ainda associado à Companhia de Carvões e

Cimentos Cabo Mondego, Fábrica de Porcelanas Vista Alegre, médico e accionista da Sociedade do Caramulo, Clínica Médica Bissaya Barreto, em Vila Real, Sociedade Central de Cervejas de Coimbra, Posto de Gasolina da Sacor, em Santa Clara – Coimbra, à Simocol – Sociedade Industrial de Colóides do Mondego, Ld.^a, acionista do Grande Casino Peninsular – Sociedade Figueira – Praia S.A.R.L. Foi, assim, membro de conselhos de administração de grandes indústrias, que integraram, no início dos anos 70, os grupos financeiros portugueses. Em 1958 criou a sua própria Fundação, atualmente com sede na Quinta dos Plátanos, que, por Diário do Governo, III Série, de 26.11.1958, se constituiu em instituição de utilidade pública e fez dela a herdeira universal da sua fortuna.

Nas relações que sustentou e desenvolveu nas diferentes fases da sua vida política, profissional e pessoal encontram-se traços de fidelização com algumas personalidades de diferentes posições político-partidárias. São do conhecimento público as relações com o cardeal Cerejeira e com Oliveira Salazar, de quem se tornou amigo e conselheiro, e com quem se encontrava semanalmente em Lisboa. Não obstante, não deixavam de ser frequentes os seus confrontos com ministros e secretários de Estado, particularmente nos debates sobre o financiamento para as iniciativas que levava a cabo no âmbito da JPBL. A partir de 1939, chegou a ficar sobre vigilância da PIDE (SOUSA, 1999:241).

O poder resultante destas relações colocava-o em posição de indicar pessoas da sua confiança para ocuparem cargos no regime e a ser sistematicamente solicitado para intervir em favor dos mais diversos pedidos (influência para a colocação em cargos políticos ou diplomáticos, para emprego, concessão de empréstimos, etc.)

Por outro lado, são igualmente conhecidas as suas relações com figuras que vieram a ser notabilizadas como opositoras ao regime.

O capitão Henrique Galvão foi tradutor para português da biografia de Bissaya Barreto, da autoria de Pierre Goemaere, e colaborador no roteiro do filme *Rumo à Vida: A Obra de Assistência na Beira Litoral*. Em 1959, encontrava-se condenado a uma longa pena de prisão política, quando protagonizou a fuga do Hospital de Santa Maria, onde se encontrava hospitalizado e vigiado pela PIDE. A esta fuga ficou associado Bissaya Barreto.

Algumas das velhas amizades com republicanos e maçons mantiveram-se ao longo da vida. Neste sentido é de referir a sua relação com Fernando Baeta Cardoso do Vale, republicano, demitido das suas funções de médico municipal pelo apoio a Norton

de Matos, que será publicamente cumprimentado por Bissaya Barreto, dois dias depois do ocorrido, quando da inauguração da Casa da Criança de Arganil (1950).

Note-se, também, a relação de trabalho com o arquiteto Cassiano Viriato Branco, opositor ao Estado Novo, apoiante da candidatura do general Humberto Delgado e preso em 1958. Foi excluído das grandes encomendas para as obras oficiais, mas a quem confiou o projeto e acompanhamento dos trabalhos do Portugal dos Pequenitos (1937-1962).

Amílcar da Silva Ramada Curto, um dos autores do manifesto que subscreveu *Ao país. Dos estudantes revolucionários de Coimbra* (1906), solicitou, em 1940, o seu apoio face à censura à 50ª representação da peça de teatro da sua autoria, *Consciência*, levada à cena pela Companhia Teatral Portuguesa⁵.

A correspondência que recebeu nos anos 30 e 40 incluía várias cartas de presos políticos e de judeus refugiados a solicitarem a sua intervenção. A título de exemplo, em 1939, recebeu, por recomendação de Afonso Lopes Vieira, três mulheres que representavam as famílias dos presos da Revolta da Marinha Grande, que continuavam nas prisões de Angra do Heroísmo e no campo do Tarrafal, em Cabo Verde, não obstante sete deles terem terminado já o cumprimento das suas penas⁶.

Também o professor catedrático e médico patologista em Hamburgo, Joachim Friedrich Wohlwill, refugiado em Portugal em 1934, colaborador de Francisco Gentil, no Instituto Português de Oncologia, e de Pulido Valente, no Hospital Escolar de Santa Marta, escreveu e procurou várias vezes Bissaya Barreto, em 1939, a propósito do seu processo de naturalização e, em 1940, deixou-lhe palavras de gratidão pelos esforços feitos neste sentido.

Não podemos deixar de referir a importância de uma investigação aprofundada destas várias facetas da sua vida pública e sublinhamos o que escreveu Amadeu Carvalho Homem sobre o interesse da construção da sua biografia, independente de “conveniências” (HOMEM, 2010: 7).

Bissaya Barreto e a administração distrital e provincial no Estado Novo

Protagonizando a política do regime, enquanto presidente da Junta Geral do Distrito de Coimbra, da Junta da Província da Beira Litoral e da Junta Distrital de Coimbra, delineou e concretizou uma política de assistência médica, sanitária, educativa e social. Com fundamento no evolucionismo e na ideologia da medicina social, desenvolveu um programa de prevenção, profilaxia e tratamento na luta contra a

tuberculose, a mortalidade infantil, as doenças venéreas, a loucura, o cancro, a lepra, o sezonismo, etc.

Aliando a política nacional do regime às obras da sua iniciativa, este programa foi fruto do seu poder e ciência e do enquadramento político-institucional das Juntas, que decorria do processo de reorganização administrativa do território, no Estado Novo.

Desde o Código Administrativo de 1836 que as Juntas Gerais de Distrito eram órgãos de administração regional do território. Com a Constituição de 1933, a província passou a ter estatuto de autarquia, delegando para os distritos funções meramente políticas e policiais.

Pelo Código Administrativo de 1936, a extinção das Juntas Gerais do Distrito deu lugar à criação de onze Juntas de Província. As províncias surgiam como estratégia de modernização de uma extensão territorial maior, em torno de núcleos urbanos, que abrangiam mais do que um distrito. Entre elas, a Junta da Província da Beira Litoral (JPBL), que integrou os distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria.

Esta organização administrativa provincial espelhou a política corporativa do Estado Novo na composição dos seus órgãos autárquicos - o Conselho Provincial e a Junta da Província. O primeiro integrava procuradores eleitos por várias organizações com sede na província: um eleito por cada uma das câmaras municipais; um por cada federação de grémios ou por sindicatos nacionais; três pelos provedores ou presidentes das mesas, administrações ou direções das associações ou institutos de utilidade local; dois nomeados pelo senado de cada universidade; um eleito pelos professores efetivos dos liceus e institutos secundários municipais, e pelos professores efetivos das escolas de ensino técnico e os diretores escolares da província. O presidente e o vice-presidente do Conselho Provincial, conjuntamente com três vogais por eles eleitos, constituíam a Junta da Província (artigo n. 234º do Código Administrativo de 1936).

Em 1937, o Conselho Provincial da Beira Litoral contava quarenta e sete procuradores que elegeram o vice-presidente e dois secretários⁷. A Junta da Província da Beira Litoral (JPBL) foi presidida por Bissaya Barreto e constituída pelo vice-presidente Eduardo Miranda Vasconcelos, conservador do Registo Civil de Coimbra e seu colaborador em toda a vigência da administração provincial e ainda por vogais (efetivos e substitutos). Em 1937, são de mencionar os vogais Luís António Vieira de Magalhães e Vasconcelos, 4º Barão de Alvaizere, nomeado representante da extinta Junta Geral de Santarém, que passa a vogal da JPBL; António Sousa Saraiva, que se faz representar pelo cônego José Galamba de Oliveira, vogal da extinta Junta Geral de

Leiria; e, em 1938, o engenheiro Eduardo Henrique de Almeida Souto, representante do distrito de Aveiro.

As atribuições conferidas à Junta de Província incidiam nas áreas de fomento e coordenação económica, da cultura e da assistência. Nesta, destaca-se o papel da Província na construção e manutenção, “pelo seu orçamento ou com participação do Estado, de hospitais regionais, dispensários centrais, preventórios e sanatórios”. Em 1940, com a revisão ao Código Administrativo, às Juntas competia no âmbito da assistência: “estudar e submeter à aprovação superior os planos de assistência social acomodados às circunstâncias e necessidades da província, e que devem executar-se pelas forças das autarquias locais em cooperação e coordenação com as iniciativas particulares ou com a comparticipação do Estado, quando for caso disso; subsidiar a realização dos planos aprovados, ou a extensão a novas modalidades da atividade assistencial pelas organizações existentes na província” (artigo n. 314º do Decreto lei n.º 31:095 de 31 de Dezembro).

Pelo Código Administrativo de 1959, as províncias foram extintas como autarquias e substituídas pelos distritos, que passaram a dispor de dois órgãos: o Conselho de Distrito, formado por procuradores de cada um dos municípios do respetivo distrito, e a Junta Distrital, eleita pelo Conselho. (OLIVEIRA, 1995: 317 e 318). Assim, à JPBL sucedeu a Junta Distrital de Coimbra (Decreto-lei n.º 42536, de 28 de Setembro de 1959).

Bissaya Barreto e a ação da Junta da Província da Beira Litoral

Quando tomou posse como presidente da Junta Geral do Distrito de Coimbra (1927), Bissaya Barreto recebeu, como herança do Código Administrativo de 1836, a ação assistencial às crianças (a subsistência dos expostos e a localização das rodas - artigo 77º) e deu início às obras antituberculosa e de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC).

O panorama com que se deparou era tudo menos animador pois a assistência à criança e à grávida cingia-se a obras de caridade e a um hospício. Com a devolução da Secção Hospicial da Maternidade de Coimbra à Junta Geral do Distrito foi instalado o Centro de Defesa e Proteção da Criança, e criada a OPGDC. Esta teve início com a proteção sanitária e social das mulheres grávidas, das mães e dos filhos na primeira e segunda infância e da colocação familiar – a Obra de Grancher.

Trabalhou com as seguintes instituições privadas de assistência, então existentes no distrito: Misericórdias (11), hospitais (8), Irmandade da Ordem Terceira (3), asilos da mendicidade e da infância desvalida (1), recolhimento (1), jardim-escola João de Deus, Instituto Nossa Senhora da Graça, Associação de Beneficência Sopa dos Pobres, Liga Católica contra a Tuberculose e Associação de Refúgio para raparigas infelizes. Bissaya Barreto referia que, com estas, mais não se fazia do que “gerir alguns subsídios”⁸.

A ação que desenvolveu, no decurso deste mandato, parece estar no seguimento de ideais que defendeu enquanto republicano convicto. Já em 1906, no jornal “Pátria”, discutia os problemas da tuberculose e sífilis e, enquanto estudante de Medicina, pugnava pela organização de uma consulta e maternidade gratuitas para parturientes pobres (SOUSA, 1999: 34 e 37). Depois, como deputado à Assembleia Nacional Constituinte, defendeu o direito à assistência pública e, posteriormente, o programa do Partido Evolucionista parece ter constituído uma orientação programática para a criação do complexo equipamento assistencial e médico sanitário na província da Beira Litoral.

Na assistência pública o partido evolucionista reclamava a atenção à criança, à mulher e aos inválidos, através da criação de lactários, creches, dispensários, cantinas, asilos, internatos, colónias agrícolas, sanatórios, escolas de anormais, maternidades, hospitais, casas de trabalho, colónias agrícolas, etc. (MARQUES, A. H. O, 1991: 377, 378). Ora, atente-se às instituições criadas pela Junta Geral de Coimbra e que continuaram a ser administradas pela JPBL: Dispensário de Proteção à Grávida e Defesa da Criança, Ninho dos Pequenitos, Parque Infantil, Preventório de Penacova, Escola Agrícola de Semide, Asilo de Cegos e Aleijados de Semide, Hospital Sanatório de Celas, Hospital Sanatório da Colónia Portuguesa no Brasil, dois postos de profilaxia antivenérea, bem como os Asilos Distritais de Aveiro e Leiria, que recebeu neste processo de transição.

Logo no primeiro ano, segundo o relatório de gerência apresentado na sessão ordinária do Conselho Provincial de 2 de dezembro de 1937, Bissaya Barreto deu conta das obras iniciadas na Junta Geral e traçou diretrizes para o seu desenvolvimento:

a) para a iniciativa da anti tuberculose apontava a necessidade da realização de obras para melhor comodidade, conforto e tratamento aos doentes; a emissão de selos de assistência a distribuir pelos dispensários para aquisição de verbas; o apoio ao Dispensário Central Antituberculoso de Coimbra – para tratamento dos tuberculosos

pobres do concelho e distrito, cuja instalação radiográfica era utilizada pelos doentes tratados nos dispensários concelhios;

b) para a defesa da criança era importante o “Dispensário de Higiene Social onde as enfermeiras visitadoras fazem a educação profilática das mães, percorrem os bairros pobres, visitam as instalações mais humildes onde levam o seu auxílio moral e material e donde trazem as grávidas ao Dispensário para serem observadas por médicos especializados, receber gratuitamente as prescrições para o bom desenvolvimento da criança na vida intrauterina e para o nascimento em boas condições para mãe e filho. Com esse fim fundou-se o Ninho dos Pequenos, uma pequena maternidade onde as grávidas muito pobres vão ter o seu parto e se dá aos recém-nascidos o bem material, higiene, profilaxia e tratamento, BCG, e afastamento da mãe infetada”. A maternidade dispunha de uma secção de isolamento;

c) na política de puericultura, “a única verdadeira política nacionalista da Junta da Província da Beira Litoral” pretendia conferir maior atividade ao Dispensário da OPGDC, levar as crianças à praia na Figueira da Foz e criar nessa cidade, um Jardim de Infância;

d) no âmbito do programa de medicina social, para as crianças no período pré escolar (3-7 anos), pretendia vulgarizar os Parques Infantis. “É justo marcar a nossa prioridade nestes assuntos e registar, com satisfação, que procuramos dar à Junta da Província da Beira Litoral o lugar de destaque que ela merece em tudo quanto diga respeito à higiene e saúde das crianças pobres”;

e) neste sentido, deu início à construção de dois parques infantis no Bairro Industrial de Santa Clara e no Bairro Operário. Foram situados propositadamente na periferia da cidade para que pudessem ser frequentados por filhos de trabalhadores rurais que vinham de manhã para a cidade e regressavam à noite;

f) apoiou ainda o Lactário de Santo António, que funcionava junto do Dispensário da OPGDC, criado pelas alunas da Escola Normal Social de Coimbra⁹.

Em suma, no primeiro ano de atividade, a JPBL, ao mesmo tempo que administrava já onze estabelecimentos de assistência, com uma lotação para 800 internados¹⁰ e apoiava a assistência médica e profilática a 7000 doentes no Dispensário Central Antituberculoso do Pátio de Inquisição, propunha-se ainda a construir: “seis dispensários antituberculosos, quatro parques infantis tipo distrital e quatro tipo concelho na área da sua jurisdição, um coelheira nitreira para o Sanatório de Celas, pocilga e fossa a construir nos terrenos da Escola Profissional de Agricultura de Semide

e um Edifício junto ao Preventório de Penacova para nele se instalar uma cozinha e mais dependências, a entrada principal do Hospital Sanatório de Celas e um edifício para a Colónia Balnear na Figueira da Foz”¹¹.

Nos vinte e dois anos de vigência da JPBL foi criada uma rede de equipamentos médico-sanitário e assistencial, que a seguir se apresenta.

Casas da Criança/Parques Infantis

Quando, em 1937, o Estado Novo extinguiu a educação pré-escolar pública, Bissaya Barreto concebeu e planeou uma rede de casas da criança na Província da Beira Litoral¹².

De um total de 18 Casas da Criança, três foram criadas nos anos de 1930 (em Estarreja, Vila Nova de Ourém e em Santa Clara, em Coimbra); cinco nos anos de 1940 (Loreto e Olivais, em Coimbra, Castanheira de Pera, Figueira da Foz e Luso) e dez na década de 1950 (Alvaiázere, Mealhada, Águeda, Pombal, Albergaria-a-Velha, Condeixa-a-Nova, Coja, Pedrógão Grande e Mira). Foi ainda projetada a construção da parque infantil de Vila Nova de Poiares, ao qual tinham sido atribuídos subsídios do Estado, posteriormente retirados¹³. As propostas para a criação deste equipamento, em Vagos e em Tábua, que as respectivas câmaras municipais se propunham subsidiar, foram igualmente inviabilizadas. Nos anos 1960 foram criadas as de Penela e Soure.

As Casas da Criança e/ou Parques Infantis, como vulgarmente eram conhecidos, acolhiam crianças até aos sete anos de idade, filhos de trabalhadores e tinham “orientação de educadoras devidamente preparadas que lhes dão as primeiras noções que servem de pedestal à sua formação, para, na vida prática, prestarem provas da sua preparação, para os diferentes cargos a desempenhar”.

Sete Casas da Criança funcionavam em edifício próprio, construído para o efeito ou adaptado. No que respeita às infraestruturas, todas tinham água canalizada, esgoto ou fossa, eletricidade e aquecimento. Apenas a de Alvaiázere não tinha aquecimento. O projeto de arquitetura apresentava o mesmo padrão, os materiais utilizados e a decoração tipo obedecia a uma mesma linha de construção. Estas instituições incluíam um átrio, sala de espera para doentes a aguardar consulta e um consultório, um salão para as aulas das crianças, creche com berços para os pequenitos, um vestíbulo, instalações sanitárias, cozinha, sala de jantar, dois recreios e jardim¹⁴.

Este tipo de equipamento foi o mais numeroso e descentralizado.

Colónias

Em 1949 deu-se início ao processo de construção da Colónia Balnear Dr. Oliveira Salazar, da Gala, proposta à JPBL, dois anos antes, pela Comissão Municipal de Assistência da Figueira da Foz. O Regulamento Provisório de 1954 determinava que se destinava a receber crianças de ambos os sexos, dos 5 aos 14 anos de idade. A admissão era autorizada superiormente e poderia ser solicitada por qualquer entidade oficial, particular, pelos pais ou qualquer pessoa que se responsabilizasse pelo pagamento das despesas de internamento. A administração estava a cargo de um secretário e de uma regente.

A colónia de férias de meia altitude “Ar e Sol”, de Vila Pouca da Beira, criada em 1955, acolhia crianças dos 5 aos 12 anos, não portadoras de doenças contagiosas¹⁵.

Luta antituberculosa

No discurso proferido em 1957, na IV Semana de Tuberculose, Bissaya Barreto referiu que Coimbra dispunha de um arsenal antituberculoso ímpar no país: “dispensários, hospitais sanatórios, colónias de férias da beira-mar, colónias de férias de montanha, vacinação pelo BCG, educação higiénica e sanitária, centro de defesa das crianças, bairros sociais e muitos outros meios de acção directa contra o Bacilo de Koch (...) sanatório marítimo para tratamento das localizações tuberculosas extra pulmonares” (BARRETO, 2013: 321).

Criado em 1928, o Dispensário Central de Coimbra do Pátio da Inquisição, destinava-se ao tratamento dos tuberculosos pobres do concelho e distrito de Coimbra e à investigação. Foi o primeiro a aplicar a vacinação antituberculose, constituindo referência para o funcionamento dos dispensários concelhios. A partir de 1944, foi criado um serviço privativo que passou a prestar assistência aos funcionários civis tuberculosos, “para nele se realizarem os exames dos candidatos a assistência e dos funcionários e servidores do Estado admitidos nos vários quadros, bem como o tratamento daqueles para que não esteja indicado o regime sanatorial”¹⁶.

Foram igualmente criados dois preventórios: o de Penacova que se destinava ao internamento de crianças sem tuberculose pulmonar, nem qualquer outra doença contagiosa; e o do “Ar Alto”, em Macieira de Cambra, para crianças com primo infecção. Neste, o repouso, a alimentação e o ar livre e puro eram a única terapêutica adotada.

Em 1937, foi proposta a construção de um anexo ao Hospital de São João, na Lousã, para instalar um dispensário e um pequeno Sanatório Antituberculoso, que não foi autorizado¹⁷.

Em 1955, a assistência sanitária sem internamento era proporcionada pelos dispensários anti tuberculose de Coimbra¹⁸, Góis e Penela, que se destinavam a prestar assistência e profilaxia aos tuberculosos pobres, e pelo Hospital Municipal de Condeixa. Estes funcionavam em prédio próprio ou alugado, com um consultório e salas de espera e tratamento. O dispensário de Coimbra tinha cinco consultórios e salas para outras funções. Alguns não dispunham de infraestruturas como água canalizada (dispensário de Penela e Góis), esgotos (Coimbra) e nenhum tinha aquecimento. Relativamente aos sanatórios, o primeiro a ser criado foi o Hospital Sanatório de Celas, que se destinava a acolher, tratar e educar todas as categorias de mulheres tuberculosas (100), seguindo-se o da Colónia Portuguesa do Brasil, para homens, com capacidade para 400 doentes. Com a redução significativa do número de tuberculosos, em 1973, este passou a Hospital Geral da Colónia Portuguesa do Brasil. O mesmo sucedeu com o Sanatório infantil, criado em 1960 junto do Hospital Sanatório de Celas que, em 1977, deu lugar ao Hospital Pediátrico de Coimbra.

Foi ainda construído o sanatório para cura hélió marítima dos tuberculosos, na Figueira da Foz, que não chegou a funcionar como tal. Em 1971 a sua tutela passou para o Ministério da Saúde e Assistência como Hospital Ortopédico e de Recuperação, só entrando em funcionamento após 1974, como hospital distrital polivalente.

Em 1952, Bissaya Barreto reclamava ainda a criação de serviços de apoio à “readaptação à vida do tuberculoso curado”, não obstante existirem condições nos sanatórios para a criação de um serviço capaz de promover a readaptação progressiva a uma vida social normal. “De que serve fazer um diagnóstico precoce de que serve ter feito um bom tratamento, de que serve ter conseguido uma cura clínica, de que serve tê-lo mantido sanatorizado durante 6 meses, se ao fim deste tempo lhe dizemos: ‘tem alta, vá para casa e vá trabalhar na sua arte’. Como se as más condições de higiene e trabalho que determinaram o aparecimento da sua tuberculose, não fossem agora capazes de provocar uma recaída da sua antiga doença”¹⁹.

Combate às doenças venéreas

A prevenção e a luta contra as doenças venéreas levaram a JPBL a promover a instalação de postos de profilaxia nos meios citadinos. Em Coimbra, começaram por

instalar dois dispensários na parte alta e baixa da cidade (1937). Em 1956, estavam já disseminados pelas sedes dos concelhos do distrito de Coimbra (BARRETO, 1956: 13).

Outras Obras

No domínio da propaganda e educação para a saúde é de realçar o jornal bissetimanal de higiene profilaxia social “A Saúde” (1931-1942), palco de diferentes campanhas, com uma tiragem mensal de 40 mil exemplares, distribuídos gratuitamente.

No âmbito da assistência psiquiátrica desenvolveu a campanha “Quem acode aos nossos loucos” e deu início à criação do Hospital Sobral Cid, do Dispensário de Higiene e Profilaxia Mentais e do Hospital de Lorvão.

Relativamente à lepra, sob o lema “Pelos Leprosos contra a lepra” e “Acudamos aos Leprosos”, criou o Hospital Colónia Rovisco Pais e, junto dela, um preventório, uma creche e uma casa de educação e trabalho para os filhos dos leprosos não contagiados. Exercia ainda um serviço externo através das Brigadas Móveis. Neste domínio, foi criado posteriormente, para os doentes tratados, o Centro de Reabilitação de Espariz.

Para a obra da educação da criança, contam-se ainda O Portugal dos Pequenitos e os equipamentos criados para as crianças com dificuldades.

O Portugal dos Pequenitos constituiu um parque lúdico anexo e complementar ao projeto educativo das Casas de Criança, nomeadamente a de Santa Clara, inaugurada em 1940 (SILVA, 2010: 9). O *Bureau International Catholique de l'Enfance* reconheceu e divulgou-o, em 1957, na revista *L'Enfance dans le Monde*, como uma iniciativa inovadora no domínio pedagógico – um jardim-de-infância construído à escala das crianças dos três aos sete anos e um campo experimental para os novos métodos pedagógicos²⁰.

Há ainda a registar a preocupação com o problema das crianças difíceis e com problemas de aprendizagem, que necessitavam de ensino especial sem internamento. Segundo Bissaya Barreto, a sua colocação na escola com as outras crianças configurava “causa de graves problemas pelo prejuízo que causava às restantes e pelo agravamento da sua situação. (...) Cria complexos que mais dificultam a sua adaptação ao meio em que têm de viver”. Assim, apostava numa ação didático-pedagógica especializada, disponibilizando ao Ministério da Educação Nacional uma sala própria, com os requisitos pedagógicos e o mobiliário adequado à criação de uma classe para as crianças “atrasadas mentais, instáveis, psicomotores, apáticos, desadaptados”²¹.

Nos anos 1960, a Junta Distrital, em colaboração com a Direção Geral de Assistência, criou em Coimbra instituições para apoio às crianças com deficiência: o Instituto de Surdos Mudos em Bencanta e o Instituto de Cegos e Amblíopes, no Loreto.

Financiamento, despesas e receitas das instituições da JPBL

O financiamento do Estado às instituições provinciais provinha de um adicional de 2% sobre as coletas das contribuições predial e industrial e do imposto profissional liquidados para o Estado, na área da respetiva jurisdição. Nas palavras de Catroga só lhes foi dada “uma restritíssima autonomia financeira (...) pelo que a sua actuação no âmbito do fomento económico, cultural e assistencial esteve sempre subjugada à vontade do poder central”. (CATROGA, 2005: 226). A JPBL recorria a outros subsídios concedidos para os planos de ação apresentados e que, sendo autorizados, eram anualmente inscritos nos orçamentos dos respetivos ministérios.

Para o pagamento do internamento nas diferentes instituições, contribuíam ainda organizações públicas e privadas: câmaras municipais (Penacova, Poiares, Soure, Montemor-o-Velho, Mira, Góis, Condeixa, Arganil, Miranda do Corvo, Penela, Lousã e Figueira da Foz), Assistência aos Tuberculosos do Exército do Ministério da Guerra, a Federação Nacional de Instituições de Proteção à Infância do Ministério da Justiça, Instituto de Assistência aos Menores e a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em Coimbra.

Estes subsídios estatais atribuídos às instituições de assistência da JPBL, entre 1936 e 1957 tiveram uma ligeira oscilação negativa: de 1.173.750\$00²² baixaram para 1.062.000\$00²³. As iniciativas já enunciadas tiveram, portanto, outras fontes de financiamento. Foi sobretudo com receitas adicionais ao Estado que tal foi possível. Estas tinham diversificada proveniência: juros de capitais depositados e pertencentes aos expostos; dividendos de ações; emolumentos cobrados na secretaria; rendimento de certificados de renda perpétua; venda de animais e de produtos da cerca de várias das instituições (Sanatório de Celas, Escola Profissional de Agricultura de Semide, Casa de Educação e Trabalho D. Helena de Quadros e Asilos Distritais); venda de sobras de estrume, madeiras, lenhas, cortiças, resinas, azeitona, azeite, ferro e papel velho; pesagens em balanças; trabalhos da oficina de sapateiro e alfaiataria da escola da tipografia e encadernação e da banda de música da Escola de Semide; venda de postais ilustrados, do selo antituberculoso, de emblemas patrióticos, do livro de Pierre Goemaere sobre de Bissaya Barreto; renda do aluguer de diferentes edifícios da Junta;

rendimentos do dispensário; mensalidades de crianças e jovens internados nos diversos estabelecimentos da JPBL; cotas de sócios do Ninho dos Pequenitos; reembolso por serviços prestados, donativos, proventos de bailes de caridade e heranças. As câmaras municipais atribuíam subsídios anuais às Casas da Criança.

Em 1937, a Federação dos Vinhos contribuiu com um subsídio para ajudar nas despesas com as Colónias Balneares e a Câmara da Figueira da Foz dava uma contribuição que provinha da percentagem da zona de jogo que, em 1948, ascendeu a 50.000\$00 para a Casa da Criança da cidade.

Assim, e ao contrário da contribuição do Estado, as receitas adicionais cresceram exponencialmente. Em 1948 eram de 1.165.404\$33 e em 1951 atingiam 11.237929\$50. O total das receitas para as instituições de assistência, nos anos de 1948, 1949 e 1951 foram, respetivamente, de 2.265404\$33, 10.686.088\$18 e 12.297929\$50²⁴.

Em 1957, a distribuição das receitas foi feita da seguinte forma: obras de assistência materno-infantil: 650.000\$00; Hospício da Maternidade: 300.00\$00; asilos de Aveiro, Leiria e o dos Cegos e Aleijados de Semide do Fundo de Socorro Social: 74.000\$00; Assistência Nacional aos Tuberculosos (Preventório de Penacova): 180.000\$00; Dispensário Antituberculosos: 48.000\$00; e subsídio eventual para as Colónias: 30.000\$00²⁵.

A informação enviada à Direção Geral de Assistência e ao Instituto Nacional de Estatística sobre as receitas e despesas efetuadas não apresentavam *deficits* nem *superavit*, dando conta de um equilíbrio financeiro a que a JPBL era obrigada pelo Código Administrativo. Tinham de elaborar o seu orçamento sem *deficit*, obrigando, sempre que possível, ao corte de todas as despesas chamadas facultativas²⁶.

Quanto às despesas, a rubrica relativa à assistência incluía as contas com o pessoal, assistência sanitária, satisfação das necessidades do quotidiano (alimentação, reparação de roupas e calçado, água, luz, lenha, carvão e aquecimento), inutilizações e outras (jardinagem, amanho de terras, construção e conservação do edifício e de oficinas).

Em 1955, da análise dos gastos totais com as instituições (Asilo de Cegos e Aleijados e Escola Profissional de Agricultura de Semide, Preventório de Penacova, Asilo Distrital de Aveiro e de Leiria, Casa de Educação e Trabalho Helena Quadros, de Sever do Vouga, Ninho dos Pequenitos e 15 Casas da Criança), ressaltam várias conclusões²⁷:

A despesa média diária com cada assistido era muito variável: ia de 92 centavos, na Casa da Criança dos Olivais, em Coimbra, a 2\$47, no Preventório de Penacova. A média diária de gastos com os idosos do Asilo de Cegos e Aleijados de Semide era a mais baixa do conjunto de todas as instituições (ficava-se pelos 44 centavos).

A alimentação e o pessoal chegavam, em algumas instituições, a representar mais de 80% dos gastos. A alimentação tinha um peso relativo que variava entre 40% e 70% do valor total das despesas. Quanto ao pessoal, as Casas da Criança de Castanheira de Pera, Pombal e Figueira da Foz apresentavam os maiores encargos. As que despendiam verbas mais baixas nesta rubrica eram as de Salreu e Santa Clara, em Coimbra. Nos internatos masculinos, rondavam os 15 e 17%, enquanto na Casa de Educação e Trabalho Helena Quadros, para raparigas era de 27,1%.

Apenas a Casa da Criança de Vila Nova de Ourém apresentava despesas com telefone. Em Condeixa, o valor da construção do edifício foi de 435.816\$60. Os gastos mais avultados com a conservação do edifício, fizeram-se notar na Casa da Criança de Santa Clara, em Coimbra.

No processo de transição surgiram complicações com a transferência de responsabilidades de administração de várias instituições da JPBL para as Juntas Distritais de Aveiro e Leiria. Por exemplo, registaram-se divergências quanto ao custo do internamente de cada criança/jovem. Em 1960, foi solicitado a Coimbra o pagamento de 400\$00 mensais pela Junta Distrital de Leiria por cada interno e estudante na Escola Industrial da cidade. Por considerar o valor excessivo, a resposta de Bissaya Barreto foi a de promover a transferência dos jovens para a Escola Profissional Agrícola de Semide, onde o preço do internamento era de 300\$00. A partir de fevereiro de 1960, a mensalidade subiu para 400\$00 e incluía alimentação, alojamento, vestuário, calçado, assistência médica, medicamentos, ensino, livros e outros.

Política e governo das instituições de assistência da JPBL

A Medicina Social foi a grande disciplinadora da vida urbana e, de uma forma geral, desta região, pelo desenvolvimento de ações de higiene e profilaxia social, implementadas com um vasto e articulado conjunto de instituições que tinham por missão a luta contra a mortalidade e morbilidade. Conduzida por uma conceção evolucionista que naturalizava a questão social, Bissaya Barreto desenvolveu políticas de controlo baseadas na culpabilização e responsabilização dos indivíduos.

Caracterização e trajetória das crianças e jovens com processo de admissão à Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (1931-1954)²⁸

O sistema foi organizado para acolher as grávidas infetadas pela tuberculose, na maternidade. As suas crianças ficavam no Ninho dos Pequenitos até aos 3 anos e, a seguir, iam para o Preventório de Penacova, até aos 12, onde beneficiavam de vigilância clínica, cuidados básicos de higiene, alimentação, vida em ambiente de campo e com bom clima, além da escolarização. Depois do exame da 4.^a classe podiam seguir para as escolas de educação e trabalho, para aprender uma profissão e ficar até aos 18 anos. Como pupilos da Obra, em caso de necessidade, não eram abandonados à sua sorte. Podiam receber ajuda, trabalhar nos diferentes serviços, exercendo as profissões que tinham aprendido, caso houvesse vaga. No final da vida, se não tivessem família, iam para o Asilo dos Velhos de Semide “onde podiam beneficiar de uma vida tranquila e serena” (BARRETO, 1956: 71).

Este percurso de institucionalização para a vida não era uma inevitabilidade. A assistência podia desenvolver-se com o apoio dos dispensários e das casas da criança e seus parques infantis. As casas da criança prestavam serviços de atendimento a necessidades urgentes na idade pré-escolar. Tinham consulta, serviço social, creche e parque infantil e eram definidas como casas de acolhimento, onde cresciam num ambiente de “ternura maternal (...), sem repressão. Em plena liberdade a criança beneficia do livre desenvolvimento das suas faculdades naturais” (BARRETO, 1956: 74¹). Até aos 2 anos, frequentavam a creche e, depois disso, até à idade escolar, o parque infantil. A pedagogia tradicional era substituída pela “formação do espírito”, através de uma ação individual para estimular a imaginação, a curiosidade e o espírito de observação e investigação, da necessidade de se aplicar e de trabalhar e tinha por base uma cultura moral de altruísmo, filantropia e solidariedade. Desenvolviam as suas atividades de ginástica, canto coral, natação ou outras, tanto quanto possível ao ar livre e ao sol.

Esta Obra desenvolveu um conjunto articulado de serviços com preocupações de natureza sociopedagógicas, marcadas pelo ecletismo autorizado pelo Estado Novo.

Os valores elevados da mortalidade infantil eram reveladores da situação de miséria em que vivia a maioria dos portugueses na primeira metade do século XX. Em 1941, por exemplo, mais de 150 bebés portugueses em cada 1000 morriam, antes de atingirem o primeiro ano de idade. Objeto privilegiado dos médicos e pediatras, o seu

controlo a nível nacional só começou a tomar forma, de facto, a partir dos anos 50, quando conjugada a ação médica com a melhoria das condições de vida e o progressivo alargamento da previdência social (PIMENTEL, 1999: 485).

Bissaya Barreto, em 1956, afirmava “Pela pesada mortalidade infantil, a insuficiência notória da educação da mulher do ponto de vista sanitário, surgiu a decisão de afrontar este complexo problema. Com esta finalidade, estudámos meticulosamente, analisámos as estatísticas, examinámos, na carta das regiões onde a taxa de mortalidade infantil é mais elevada, procurámos as causas e, firmemente resolvidos a eliminá-las, organizámos a Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança, a qual, em razão da sua actividade, a colaborar também no nosso campo ‘Pelos Tuberculosos, Contra a Tuberculose’. Mas há ainda outra razão: é que sabemos que o verdadeiro combate à peste branca deve forçosamente assentar sobre múltiplos pilares, um deles é a defesa da criança, a sua preparação contra os perigos que as ameaçam: o perigo alimentar, o perigo da infeção, o perigo congénito – cada um pode tornar-se mortal” (BARRETO, 1956: 65).

Criada a Obra Antituberculosa de Coimbra e a OPGDC, a partir dos anos 1930, começou a haver respostas estruturadas ao problema da fome e da doença, numa luta clara contra a mortalidade e morbilidade infantil. Entre 1931 e 1954 foram organizados 2500 processos de admissão às diferentes instituições da obra. Destes, foi possível conhecer 1252 com pedidos de internamento de crianças e jovens²⁹.

Acolhendo crianças que designavam, na sua maioria, de desamparadas, atendeu, *grosso modo*, as que viviam em condições de extrema precariedade, chamadas na Lei de Protecção à Infância de 1911, de *menores em perigo moral*. A pobreza das crianças e suas famílias era o motivo invocado e certificado em todos os processos, por vezes substituído pelo relatório da assistente social³⁰. Este trazia frequentemente aos processos, não só a variedade, mas também a qualidade da pobreza que as atingia, na região da Beira Litoral. Os atestados de pobreza e de miséria passados pelas instituições locais (juntas de freguesia e paróquias, maioritariamente), tinham muita influência na decisão. Concomitantemente à pobreza, o abandono, o desamparo e a orfandade, ou o desemprego ou doença incapacitante de um dos progenitores, são argumentos expostos nesta “montra da pobreza e exclusão social”. As famílias legitimamente constituídas eram muito numerosas e de poucos rendimentos. Muitas vezes, as mães não tinham possibilidade para amamentar o recém-nascido, o que tornava mais precoce a intervenção e, portanto, o acolhimento institucional de crianças muito pequenas. Para as

mães solteiras ou abandonadas, a presença de uma criança representava então o caminho da ostracização social e da miséria. Não era possível procurar nem conseguir trabalho, com uma criança nos braços.

Nos pedidos efetuados podia ser solicitado o acolhimento para três ou quatro irmãos, mas raramente havia resposta para mais do que dois, sendo mais frequente o acolhimento de apenas uma criança de cada família.

Regra geral, eram as mães que pediam o internamento dos seus filhos, com o apoio das entidades locais, religiosas ou juntas de freguesia. A ausência ou incapacidade destas trazia outras figuras da sociabilidade local a pedir socorro pela criança. Em alguns casos, o pedido foi efetuado pela associação do patronato das prisões, pela tutoria central de Coimbra ou pela tutoria comarcã de Santa Comba Dão.

Na maioria das histórias reveladas por estes processos a sobrevivência das crianças foi o resultado da intervenção da Obra. Do total dos processos consultados, há registo de 11 crianças falecidas por sarampo, hidrocefalia, pneumonia, tuberculose, ou outros motivos desconhecidos³¹. Os seus pais tinham uma morbilidade e mortalidade registada muito superior. Nos processos em que há breves histórias contadas sobre eles, constata-se uma vasta população de famílias numerosas, muitas vezes sobreviventes à teia urdida pela fome e pela doença. Na maioria dos casos, não é possível conhecer o seu final.

Em 1943, o jornal *Região de Leiria*, de 11 de fevereiro, noticiou o caso de “uma menina com 10 anos de idade, muito interessante; por motivos de extrema pobreza dá-se para sempre ou temporariamente. Pratica um ato de benemerência a pessoa que se digne aceitá-la”. Tratava-se de uma “criança ilegítima” que se encontrava à guarda de um agente da PSP, a quem a mãe tinha pedido para a cuidar e que entrou na Casa da Criança de Vila Nova de Ourém. A sua mãe era definida no processo como “anormal, pobre e de mau porte moral” e tinha 4 filhos menores. Nada mais se sabe sobre qualquer destas personagens. Já a menina socorrida foi entregue a um militar que, depois de apresentar um atestado de bom comportamento moral, foi autorizado a perfilhá-la, em 1947, altura em que foi autorizada a sua saída da Casa da Criança³².

As histórias repetem-se muitas vezes, agravadas com a viuvez, a doença, o alcoolismo ou prisão, do marido ou da própria mãe, tornando muito pouco frequente, segundo os dados disponíveis, o regresso às famílias de origem no fim do período de internamento. Apenas cerca de 10% dos processos consultados (127 crianças), têm registado o regresso às suas famílias. Destas, 63 ficaram com os seus pais, 31 com a

mãe, 17 com o pai e 26 foram entregues a outros familiares (avós, tios ou irmão mais velho). Algumas destas crianças, principalmente as meninas internas na Casa de Educação e Trabalho, quando atingiam uma determinada idade e constituição física e podiam prestar serviços domésticos, eram entregues a famílias que atestassem bom comportamento moral. Na maioria dos casos o destino destas crianças, não consta dos registos.

As informações dos processos de admissão são muito escassas, havendo alguns que apenas têm os dados de identificação da capa. Algumas das instituições da Obra faziam o cadastro das crianças e jovens acolhidas, como era o caso da Escola Profissional de Agricultura de Semide e o Asilo Distrital de Leiria, mas são raros os registos legados por estes internatos ao processo de admissão. A informação disponível não obedece a critérios formais, nem foi sujeita a vigilância pública, mudando apenas com o passar dos anos ou com o indivíduo que efetuava o registo.

Quem foram estas crianças? As informações disponíveis permitem apenas uma caracterização grosseira relativa à sua identificação e situação familiar.

Entre 1931 e 1954, existiu um certo equilíbrio no acolhimento entre rapazes e as raparigas, com alguma vantagem para o sexo masculino ao longo dos anos, principalmente a partir de 1947.

No período correspondente à II Guerra Mundial, houve um aumento de pedidos de entrada, mas foi sobretudo em 1948 e 1949 que se registou um contingente significativo de admissão às instituições. Este facto não é alheio à progressiva abertura de Casas da Criança e Parques Infantis.

O apoio às crianças e suas famílias teve novo impulso em finais de 1940 e princípios de 1950, com o aumento da capacidade de respostas da obra de Bissaya Barreto.

A idade de acesso aos cuidados dos diferentes serviços prestados variava entre os recém-nascidos e os jovens com 15 anos. A sua distribuição apresenta algum equilíbrio entre os 2 e os 6 anos de idade; cerca de 54% das crianças admitidas tinham menos de 4 anos à entrada e apenas cerca de 7% tinham 9 ou mais anos. A maior frequência é registada no grupo crianças entradas com um ano de idade, com 17% no global. Este valor é ultrapassado particularmente em 1945, 1946, 1947 e 1949, com um peso relativo por ano superior a 20%.

Da informação recolhida sobre a situação familiar de 1003 crianças, verifica-se que, destas, cerca de 86,3% (866), integravam famílias, definidas à época como legítimas.

O registo dos órfãos refere-se sobretudo à ausência do pai. Dos 115 órfãos, em 36 está registada a morte da mãe e em 6 a morte dos dois progenitores.

A presença das “crianças ilegítimas” nota-se, sobretudo, entre 1943 e 1949, facto que se deve, certamente, às enormes dificuldades que se viviam na época.

O Ninho dos Pequenitos foi a “porta de entrada” de uma grande parte das crianças acolhidas. De seguida foi o Parque Infantil de Santa Clara e a Casa da Criança dos Olivais.

As trajetórias das crianças e jovens acolhidas foram muito diversificadas. Em 126 casos os jovens seguiram percursos de internamento, à medida que o seu crescimento, saúde ou necessidades de formação assim exigiam. Deste grupo, 71 entraram (23) ou passaram (48) em segunda instituição, pelo Preventório de Penacova.

No caso das raparigas, 18 seguiram para Casas de Educação e Trabalho “D.^a Helena Quadros” e “D.^a Maria Patrocínio da Costa”. Com alguma frequência, apareceram nos seus processos pedidos de famílias ou de senhoras para acolher uma rapariga. O pedido identificava a jovem requerida e juntava promessas de cuidar e educar com oferta de trabalho como criada de servir. Em todos os pedidos, os casais ou pessoas isoladas apresentavam-se certificadas, social e moralmente, por alguma entidade pública ou religiosa.

Os rapazes seguiam também, fundamentalmente, para internatos que promoviam a aprendizagem escolar e profissional: a Escola Profissional Agrícola de Semide foi a segunda ou terceira residência para 44 jovens, *grossa modo* saídos do Preventório de Penacova (27); os restantes jovens passaram em segundo ou terceiro internamento pelos asilos distritais de Leiria e de Aveiro e apenas um caso seguiu para o Porto, para o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, e outro para o Hospital Sobral Cid.

Orientações e diretrizes para o governo das instituições da JPBL

Bissaya Barreto centralizou o poder aos mais diversos níveis da administração das instituições e exerceu-o de uma forma hierarquizada e autoritária, no decurso de toda a sua gestão. As orientações gerais e particulares sobre os mais variados assuntos da vida, formal ou quotidiana, eram expressas nos numerosos ofícios diários que

emanava. Desde o início que regulamentou o funcionamento das instituições, tanto do ponto de vista administrativo, como financeiro e disciplinar.

O acesso às instituições requeria um processo de admissão, um conjunto de trâmites formais que terminavam com um “despacho da Comissão Administrativa; nenhuma admissão poderia ser feita sem a organização prévia e documentada do respetivo processo. O oficial do registo do Hospício e Ninho dos Pequenos era encarregado destes procedimentos, competindo-lhe registar os processos, submetê-los a despacho, e passar as guias de admissão. O director ou a regente das instituições tinham que comunicar à Junta os nomes e datas da entrada de qualquer menor ou asilado, o número de guia respectiva e o mapa com o movimento mensal de internados nas Instituições³³.

A organização do processo de admissão das crianças e jovens incluía: o pedido de internamento, feito pelo pai, mãe ou pessoa interessada, devidamente identificados, sob a forma de um requerimento, dirigido ao presidente da Junta; uma certidão de nascimento da criança; a declaração do requerente em como se responsabiliza a retirá-lo do estabelecimento em que estiver internado, quando a Junta a isso o intime, garantida por um comerciante. Para o internamento gratuito era exigido o atestado de pobreza dos pais ou responsável pela criança³⁴.

As restrições orçamentais tiveram sempre reflexos na gestão das instituições, mas havia algumas em que a vigilância continuada sobre o funcionamento e controlo orçamental era mais rigorosa e visível. Em 1937, Bissaya Barreto suprimiu o subsídio para o tabaco dos internos nos Asilos de Leiria e de Cegos e Aleijados de Semide³⁵. Ainda em 1953 se notavam restrições e o empobrecimento da ementa da Escola Profissional de Agricultura de Semide³⁶.

No sentido de uniformizar o controlo dos gastos nos diversos serviços, a Junta enviou impressos e “duas cadernetas de talões destinados ao registo diário das despesas resultantes de compras a pronto e imediato pagamento (...). Diariamente passará um talão, ou tantos, quantas as compras que sejam efectuadas”³⁷. Estes eram devolvidos juntamente com a respetiva relação mensal das despesas efetuadas.

Era ainda responsabilizado o “pessoal menor” pelo prejuízo causado em móveis e utensílios, encontrando-se vários ofícios a solicitar a identificação do “culpado” pelos danos que ocorriam, tal como vidros partidos, ou outros.

Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança

O Doutor Luís Raposo foi o primeiro diretor técnico da OPGDC. Competia-lhe desenvolver o programa de assistência e profilaxia social e articulá-lo com a Junta Geral. A regente tinha funções do foro administrativo, económico e financeiro, sendo obrigada a dar conhecimento diário, por meio de boletins do movimento das crianças dirigidos à Junta, das ocorrências, bem como das requisições necessárias para a alimentação, conforto e higiene das crianças e limpeza do edifício.

A verba necessária para as compras no mercado era requisitada ao Tesoureiro da Junta, com a indicação precisa dos géneros de mercearia, roupa, combustível e tudo o que fosse necessário para o bom funcionamento da instituição. Isto sem prejuízo da “boa alimentação e conforto das crianças”. Fazia-se ainda recomendação, a todo o pessoal, relativa à prática constante dos preceitos de higiene, impondo “a abertura permanente das portas do Ninho para evitar prejuízos à saúde e higiene da casa e a obrigatoriedade do uso de uniforme branco”³⁸.

Todo o funcionamento era alvo de atenção e vigilância por parte da Junta. A título de exemplo, veja-se o pedido de explicação à Regente do Ninho dos Pequenitos sobre os consumos e despesas relativas aos meses de fevereiro e março de 1934, bem como a evidência da transgressão pela alimentação diferenciada entre crianças e funcionários³⁹. Em 1936, foi ordenada a inspeção médica de todo o pessoal auxiliar do estabelecimento para averiguar se as suas condições de saúde lhes permitiam continuar no desempenho do tratamento de crianças, afastando o perigo de qualquer contágio nocivo para a sua saúde. Determinou-se que, a partir de então, a admissão de pessoal fosse precedida de inspeção médica⁴⁰.

A regente estava encarregada de colher diariamente (às 10 e às 16 horas) a temperatura das crianças do Ninho dos Pequenitos. O cumprimento das ordens enviadas era da responsabilidade da sub-regente, bem como a organização do serviço nocturno, nos seguintes moldes: “até à 1 hora da noite deveria ser feito por uma criada e depois, até de manhã, por uma empregada que deve vigiar de facto, não podendo, por consequência, deitar-se”. A lavadeira externa foi substituída por uma interna, que devia ir lavar ao rio e acumular com o serviço nocturno. No caso de algumas das empregadas transgredirem as disposições seriam multadas, “pela primeira vez em um dia de vencimento, devendo a sub-regente comunicar por escrito qualquer anomalia que, no cumprimento dos seus deveres, pela sua subordinação seja praticada”⁴¹.

Só à regente do Ninho dos Pequenitos competia aplicar qualquer castigo às crianças, ou alguma empregada autorizada por ela. É registado e fortemente censurado o uso de paus para impor disciplina junto das crianças e é deixada a advertência sobre a sua proibição. O incumprimento era sancionado com uma multa até 30 dias de desconto sobre o vencimento⁴².

À superiora do Preventório de Penacova foi recomendada a organização da vigilância das retretes; o estabelecimento de um serviço de rondas de noite, à semelhança do Ninho, de maneira a pôr as crianças no enxuto, a fiscalização do serviço no dormitório e sua manutenção para evitar cheiros de urina ou ar viciado⁴³.

Escola Profissional de Agricultura de Semide

Os rapazes internos em Semide tinham idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos. Usavam farda, frequentavam a escola e trabalhavam nas oficinas e na cerca. Foram proibidos de jogar à bola para não partirem os vidros e eram castigados se tal acontecesse⁴⁴. As entradas e saídas de alunos estavam dependentes da autorização do Presidente da Junta.

Com o argumento da contenção dos gastos, foi solicitado ao diretor uma remodelação dos serviços e redução de despesas que impusesse uma economia de 10% das verbas orçadas. De uma forma clara e objetiva, foi imposta a eliminação do prato suplementar oferecido ao almoço e ao jantar ao “pessoal superior” da Escola e foi censurado o aumento de gastos com vinho (tinham substituído o vinho tinto pelo vinho branco, que era muito mais caro). Em 1933, foi exigida a organização de um mapa diário dos géneros consumidos na cozinha e que fossem tomadas providências para o asseio da habitação ocupada pelos asilados⁴⁵. Relativamente à alimentação dos internos, nem sempre havia leite para o pequeno-almoço, fruta para a merenda e apenas ao domingo, segunda e quinta-feira a refeição incluía carne ou peixe. Nos restantes dias, era servido sopa e um prato com batata, feijão, massa ou arroz e pão⁴⁶.

É clara a conflitualidade entre a JPBL e a direção, tantas vezes acusada de má gestão. Desde 1930 que as chamadas telefónicas feitas pela Escola Profissional de Semide eram mensalmente debitadas ao seu Diretor e descontadas no seu vencimento mensal⁴⁷. Em 1937, recebeu instruções para o controlo administrativo dos seus atos e, em 1955, foi chamado a atenção para zelar pelos interesses dos alunos da escola e, simultaneamente, pelos dinheiros da Junta⁴⁸. Foram ainda aplicados castigos ao enfermeiro e ao cozinheiro e, em 1936, foi censurado o professor de música por aplicar

castigos corporais aos alunos e se ausentar do serviço sem autorização da Junta. Neste ano foi determinado que o prático agrícola assistisse às horas noturnas de estudo⁴⁹.

Por seu lado, o diretor da Escola, quando lhe foi pedido para dar uma informação sobre quem tinha partido os vidros na instituição, a fim de o responsabilizar pelos prejuízos causados, respondeu devolvendo à Junta a responsabilidade do acontecido: “não tinha prefeito para acompanhar e vigiar os alunos durante o dia, serviço que não podia fazer, em virtude do cumprimento das suas funções na secretaria, na fiscalização do Asilo e direção da cultura e amanho das terras da Escola e do Asilo”⁵⁰. Igualmente se fez notar este confronto relativamente à discrepância no inventário dos cobertores e sua distribuição pelos internos e residentes na instituição. O diretor solicitou à Junta que mandasse averiguar as suas afirmações, contrárias às fornecidas pelo “informador” da Junta⁵¹. Apareciam igualmente pedidos de vigilância e informação sobre o funcionamento dos internatos e sobre a gestão das instituições

Educação e trabalho nos internatos

A instrução escolar tinha lugar nos estabelecimentos da Junta destinados a jovens, a partir dos 7 anos. Assim, colocava-se a questão nos Asilos de Aveiro, Leiria, na Escola Profissional de Agricultura de Semide e nas Casas de Educação e Trabalho para raparigas. Contudo, não existem registos de frequência escolar das jovens internas nem no Asilo de Aveiro (que era misto), nem nas Casas de Educação e Trabalho.

Apurámos apenas que as raparigas da Casa de Sever do Vouga recebiam instrução “que vêm das primeiras letras e conhecimentos teóricos e práticos que por natureza estão destinados à formação da mulher”⁵².

Já para os rapazes a situação era diversa. No ano letivo 1951/1952, estavam matriculados na escola anexa 26 internos no Asilo Distrital de Leiria e, destes, quatro fizeram exame de 1.º e 2.º grau e cinco foram admitidos no ensino técnico; cinco frequentaram a Escola Comercial, três a Industrial e um o Liceu; seis jovens não passaram de classe nesse ano⁵³. No Asilo Distrital de Aveiro, 19 rapazes andavam na escola primária e dois na escola comercial⁵⁴. Em 1955, os rapazes internos em Semide não estavam inscritos na escola (pública ou particular), razão pela qual se solicitou uma autorização ministerial para, neste ano, poderem realizar os exames⁵⁵.

A escola do Asilo de Aveiro respondia também aos alunos externos. Em 1954 o presidente da câmara de Aveiro chamava a atenção à Junta para a necessidade de assegurar a “estabilidade legal às professoras e a mais de uma centena de crianças que

frequentavam as escolas no Asilo Distrital”. Neste sentido, para dar forma às exigências do Ministério da Educação Nacional, tomou a iniciativa de entrar em contacto com a Junta, a fim de arrendar provisoriamente instalações, até à construção de um edifício escolar para resolver a situação.

À época, o trabalho tinha uma dupla função: formativa e disciplinar. Tanto podemos encontrar referências ao seu uso como aprendizagem profissional dos jovens, como uma sanção, por vezes das mais severas, que lhes podiam ser aplicadas. Nas instituições da JPBL era claro o conjunto de instruções para o uso dos internos no trabalho nos estabelecimentos, tanto para assegurar o funcionamento e exploração agrícola e oficial, como fazendo a sua colocação em oficinas, no exterior.

As raparigas internas na Casa de Educação e Trabalho de Sever do Vouga eram chamadas a fazer o serviço doméstico e o trabalho da lavoura e frequentemente solicitadas para serem criadas de servir em casas de família. Em 1955, a JPBL pedia informações sobre a participação das internas na vida diária e nos trabalhos a executar para a manutenção dos serviços necessários. A regente colocava obstáculos ao trabalho das internas na lavoura; contudo, Bissaya Barreto mandou as raparigas auxiliarem em todos os trabalhos⁵⁶.

No Asilo de Aveiro, os menores trabalhavam em oficinas no exterior. Um jovem transferido para Semide levou consigo a quantia de 250\$00, como recompensa do trabalho prestado na oficina de marcenaria, onde trabalhou como aprendiz. Trabalhavam também em alfaiataria, estabelecimentos comerciais e escritórios⁵⁷.

O trabalho no internato, por outro lado, aparecia frequentemente associado à restrição de gastos com pessoal. Desde 1937 que o serviço da roça do mato passou a ser feito pelos alunos da Escola Profissional de Agricultura de Semide, acompanhados pelo prático agrícola. Este poderia ser dispensado mal os alunos fossem capazes de assegurar devidamente o trabalho da roça e carregar os carros. Foi também suspenso o criado hortelão e todo o pessoal assalariado para a cerca, porquanto o respetivo trabalho passou a ser desempenhado pelos alunos da escola, escolhidos para esse fim⁵⁸. Acresce, em 1955 e 1956, que os rapazes mais velhos aprenderam a tirar o leite às vacas, a assumir o tratamento dos animais, bem como a assegurar os serviços a realizar aos domingos⁵⁹.

Muitas vezes era conflitual a relação entre o trabalho e a escola, principalmente nos períodos de maior contenção orçamental, quando se “contava” mais com o trabalho dos jovens. Em 1955, o diretor de Semide pedia instruções sobre o procedimento a desenvolver para a apanha da azeitona, sem prejuízo para os alunos matriculados no

ensino primário que, segundo ele, não deviam sair da escola, perspetivando a contratação de uma mulher para o serviço. A mulher que fazia este serviço foi despedida e a resposta foi exigir a colocação dos internados que não se encontravam matriculados em qualquer classe de ensino primário. “Estes podem e devem ser utilizados na apanha da azeitona. E também a criada da casa, que nem sempre está a lavar roupa, deve ser utilizada nos trabalhos agrícolas. E caso se recuse a executá-los, tem o caminho indicado, que é a rua”⁶⁰.

Casas da Criança

Acolhiam crianças de ambos os sexos na primeira infância.

Em 1956, 1293 crianças estavam em regime de internato ou semi-internato, nas 18 Casas de Criança identificadas. Apenas 6 acolhiam em regime de internato (189 crianças): Pombal, Alvaiázere, Vila Nova de Ourém, Castanheira de Pera, Infanta D. Maria e Estarreja. A maioria vivia em semi-internato (1104)⁶¹. As que tinham internamento funcionavam todo o ano, as restantes 313 dias⁶².

Em 1954 todas as instituições com internamento ofereciam quatro refeições diárias: pequeno-almoço, às 8h, almoço, entre as 11h30m e 12h30m, merenda entre as 15h e as 17h e o jantar entre as 18h30m e as 20h. De uma forma geral, ao pequeno-almoço era servido café com leite e pão, ao almoço e ao jantar sopa e um prato e à merenda pão com queijo ou fruta.

No âmbito da assistência médica materno-infantil, em 1954, prestavam serviços às mães e às crianças: consultas, visitas domiciliárias, análise Wasserman Kahn, injeções antisifilíticas e outras, pequenas cirurgias e tratamentos diversos e exames radiológicos. Era feito um controlo regular do peso, altura, reação à tuberculina e vacinas (antivariólica, antisifilítica, antioqueluchosa, antidiftérica, BCG e outras). Assim, todas as Casas da Criança dispunham de uma equipa constituída por um médico, uma enfermeira, uma professora, uma regente, uma vigilante e duas ou três criadas⁶³.

Colónias

As colónias na Figueira da Foz e em Vila Pouca da Beira, no concelho de Oliveira do Hospital, funcionavam de 10 de junho a 30 de outubro em edifícios próprios. Em 1956, a “Ar e Sol” recebeu 479 crianças e a banhar 3645. Todas eram observadas antes de serem admitidas, sendo dado preferência a crianças pobres e

doentes, provenientes de todo o país. As colónias tinham ao seu serviço pessoal de direção e administração, de vigilância, médico, enfermeiros e criados. Havia campos de jogos, cinema e outros espaços para as atividades com as crianças⁶⁴. As regentes eram responsáveis pelo equipamento inventariado da colónia; pela elaboração diária, com a cozinheira do menu das refeições; pela direção de todo o pessoal feminino da colónia e fiscalização os serviços de limpeza; gestão do fundo de maneo e organização das contas, em conjunto com o secretário. Em Vila Pouca da Beira, a regente era a única responsável pelo funcionamento da colónia⁶⁵.

Dispensários e sanatórios

Os dispensários prestavam assistência médica e medicamentosa, faziam tratamentos, davam conselhos para a educação higiénica e distribuíam meios materiais. Junto de cada dispensário havia uma “Comissão de Assistência e Beneficência”, destinada a apoiar o tratamento ambulatorio, a angariar donativos para auxiliar a vida do Dispensário e socorrer os doentes mais pobres (melhorar a habitação, distribuir alimentos, vestuário, agasalhos, etc.), com donativos adquiridos por meio de festas, subscrições, legados, venda do selo antituberculoso, etc.⁶⁶.

Dirigido por um médico, deveria ter uma “enfermeira municipal” e, na sua impossibilidade, uma enfermeira “visitadora” que assistisse às consultas, visitasse os doentes em casa, fizesse aplicar as prescrições do médico, a educação higiénica do doente e da família, a inquirição das condições sociais do doente e informasse o médico e a comissão de assistência das suas condições económicas. Diagnosticada a doença, ficava sob a proteção do dispensário, recebia conselhos de higiene e profilaxia, medicamentos e tinha início o processo de colocação num hospital ou sanatório, consoante o grau das lesões. Os filhos dos doentes eram entregues à “Obra Nacional da Defesa da Criança”, organizada pela Junta Geral de Coimbra⁶⁷.

Em 1955, o Dispensário Central Antituberculoso de Coimbra tinha cinco médicos que realizaram 5821 consultas de tisiologia, uma enfermeira que aplicou 6981 injeções, e fizeram análises clínicas e exames radiológicos. Os restantes dispensários tinham apenas um médico para as consultas de especialidade, exames radiológicos e análises clínicas.

Em 1953, o Dispensário de profilaxia das doenças venéreas de Coimbra registou 7.360 inscrições e efetuou mais de 11.000 consultas e tratamentos masculinos.

O Dispensário de Profilaxia e Defesa da Criança, em Coimbra, funcionava todo o ano e prestava cuidados pré natais, parto e pós natais. Em 1953, no serviço pré natal registou-se um movimento de 1.950 consultas, 2.190 tratamentos, apoio em 21 casos ao domicílio e 900 visitas a mães. O Dispensário dispunha de Serviço Social para fazer os inquéritos e visitas. A puericultora fazia consultas e distribuía leite, farinhas, açúcar e medicamentos. A OPGDC prestou, ainda neste ano, consultas e tratamentos em serviços pré natais e de parto⁶⁸.

Os dispensários antituberculosos de Coimbra e Pombal foram autorizados, em 1959, a efetuar um número definido de radiografias por mês aos seus utentes, no Hospital Sanatório de Celas, a um custo reduzido (40\$00 cada)⁶⁹. Neste ano, os dispensários antituberculosos transitaram para o Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos⁷⁰.

O Hospital Sanatório de Celas dispunha de 103 camas. Tinha quatro médicos, seis enfermeiras, quatro auxiliares de enfermagem e dezoito serventes. Prestava serviços de pequena e grande cirurgia, tinha instalações de RX, laboratório, análises clínicas e enfermaria privativa para tuberculosos.

Os custos de alimentação e pessoal representavam mais de 50% do total das despesas (respetivamente 259.043\$00 e 152.514\$00). Alguns doentes tinham direito a assistência hospitalar gratuita. Os custos do internamento eram fixados por lei e distintos, consoante se tratava de doentes classificados de 1ª, 2ª ou 3ª classe. A tabela de preços do Hospital Sanatório de Celas, a partir de 1948, era a seguinte: a) doentes particulares: 1ª classe – 1.400\$00; 2ª classe - 900\$00; 3ª classe - 600\$00; b) doentes a cargo da Direção Geral de Assistência: 1ª classe – 1500\$00; 2ª classe – 1200\$00; 3ª classe – 900\$00; c) doentes a cargo das Câmaras Municipais e Caixas de Previdência, etc.: 1ª classe – 1400\$00; 2ª classe – 1185\$00; 3ª classe – 600\$00⁷¹. Em 1955 foram tratados: pensionistas de 1ª classe (10); de 2ª classe (5) e 3ª (7); da Direção Geral de Assistência (134) e com serviços gratuitos (56)⁷². A maioria das 90 mulheres internadas em 1954 no Hospital pagava os serviços hospitalares.

Em 1959, Bissaya Barreto, em ofício ao ministro da Saúde e Assistência Social e ao diretor do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, reclamou do pagamento dos doentes tuberculosos pobres, internados no Hospital Sanatório de Celas. Metade dos internados “encontrava-se a cargo do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, pelo tratamento dos quais a JPBL recebia o subsídio diário e único de 30\$00 e, pelos restantes, a importâncias de 18\$50, o que nem de longe, corresponde às

despesas de simples alimentação das referidas doentes, quando, por iguais tratamentos, a Direção Geral de Assistência paga a importância diária de 43\$00, acrescida das despesas de radiografias, análises, operações cirúrgicas e outras, pelos internados no Sanatório do Caramulo⁷³. O *deficit* gerado “de algumas centenas de contos anuais”, que, em 1954, ascendia a 341246\$00, levou-o a solicitar um subsídio eventual para equilibrar o orçamento da JPBL⁷⁴.

Os problemas financeiros das instituições eram recorrentes. Desde 1937 que era pedido à Superiora do Hospital Sanatório de Celas, “o fecho das torneiras do cilindro de água quente, quando não haja necessidade dos serviços para o hospital sanatório de Celas”⁷⁵. Quanto às mensalidades dos doentes pensionistas, a Junta determinou que “o não pagamento das contas dentro do prazo estipulado conferia, de per si, a alta do doente”⁷⁶.

Dadas as dificuldades económicas, e devido à extinção das Juntas Provinciais, foi feito um pedido de atualização do subsídio de 18\$50, concedido para as doentes pobres internadas no Sanatório de Celas.

Em 1960 foi entregue à Junta Distrital o Pavilhão destinado a crianças, anexo ao Hospital Sanatório de Celas, em condições de receber doentes, mas, não entrou logo em funcionamento por falta do projeto de contrato de colaboração do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos⁷⁷.

Os trabalhadores e as condições de trabalho nas instituições da JPBL

Desde os anos 1930 que Bissaya Barreto se preocupava com a formação e qualificação dos profissionais de saúde e assistência que viessem a desenvolver as instituições criadas no âmbito da Junta Geral, mais tarde da JPBL. Em 1934, propôs, no I Congresso da União Nacional, a criação de uma escola de serviço social e, em 1937, foi criada em Coimbra, com o envolvimento das Franciscanas Missionárias de Maria, a Escola Normal Social (ENS) - Escola de Puericultura e Serviço Social (MARTINS, 2010: p. 203-205). Nesta foram criados os cursos de Enfermeira Puericultora e Visitadora de Infância (EPVI), único no país, e o curso de Serviço Social.

Enquanto não houve assistentes sociais, educadoras de infância e enfermeiras puericultoras, a sua estratégia começou por ser a de contactar ordens religiosas com experiência qualificada para organizar os serviços e dirigir as instituições. Neste sentido, em 1932, convidou as Franciscanas Missionárias de Maria para o Hospital

Sanatório de Celas, e, por estas não terem pessoal disponível, contactou a Congregação de São José de Cluny. Esta congregação ficou a dirigir o Hospital Sanatório de Celas, o Preventório de Penacova (1933) e, mais tarde, a Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo. Para o Hospital Sanatório da Colónia Portuguesa no Brasil e Hospital Colónia Rovisco Pais, na Tocha, contou com as religiosas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, para assegurar os serviços de manutenção e enfermagem.

Em 1936 foram recrutadas, para Coimbra, um grupo de francesas especializadas em Puericultura e Serviço Social, da congregação das Franciscanas Missionárias de Maria para assumirem a direção da OPGDC. Marie Constance Davon veio assumir a sua direcção e foi, no ano seguinte, a primeira diretora da Escola Normal Social de Coimbra. Madeleine Jamot, Raymond Trouvay e Ester de Jesus Fernandes vieram colaborar no Ninho dos Pequenitos e no Parque Infantil Dr. Oliveira Salazar. Madeleine e Ester foram as primeiras alunas do curso de Enfermeiras Puericultoras Visitadoras de Infância da ENS de Coimbra (MARTINS, 2010: 203-205).

Até 1945, formaram-se 45 enfermeiras puericultoras visitadoras de infância e 22 assistentes sociais (MARTINS, 2010: 239), algumas das quais vieram a assumir funções de regente e de assistente social nas Casas da Criança, Colónias, Dispensários e Hospitais e Instituto Maternal⁷⁸, substituindo o pessoal não qualificado, até então em funções em alguns destes serviços. Nestas décadas, face à ausência de escolas de Educadoras de Infância, foram também pioneiras neste campo. Assim, foi com estas profissionais que a Junta contou, para instalar e desenvolver a rede de estabelecimentos de assistência.

Contudo, enquanto trabalhadoras das instituições da JPBL, confrontaram-se com situações particulares. A definição dos salários, por exemplo, dependia das condições oferecidas. Bissaya Barreto, em 1950, consultou Constance Davon quanto aos vencimentos a estabelecer para as puericultoras das Casas da Criança. A sua carta é elucidativa: “os vencimentos das puericultoras são, em geral, de 1.200\$00 mensais. Avaliando a pensão nas Casas da Criança, (...) podemos estabelecê-la em 550\$00 no Luso, dado que a referida pensão compreende alimentação, lavagem de roupa, alojamento e todas as vantagens inerentes a este. Para as Casas do Loreto e Olivais pode estabelecer-se em 450\$00, visto só compreender alimentação. Penso, pois, que o vencimento mínimo, líquido, pode ser de 750\$00 mensais, mesmo para as puericultoras da Casa do Luso, dado que é justo que receba uma compensação quem faz o sacrifício de deslocação e separação da família”. Em resposta, é informada “que esta Junta da

Província fixou, por agora, o vencimento mensal de 600\$00, às regentes da Casa da Criança do Luso, Loreto e Olivais, acrescido de alimentação, lavagem de roupa, alimentação e alojamento para a do Luso”⁷⁹. A este respeito, em 1959, o vencimento das regentes apresentavam uma variação significativa, entre 2063\$60 na Casa da Criança do Luso e 567\$40 na de Salreu⁸⁰.

Para o corpo clínico do Dispensário de Coimbra, (médico director, assistente e laringologista), a Direção Geral de Assistência fixou em dois terços dos salários atribuídos aos médicos do Dispensário Antituberculoso Dr. Arantes Pedroso, do Porto. Em 1956, manteve-se a mesma situação para estes médicos, mas alargou-se o quadro de pessoal que contemplava um médico visitador (800\$00) e um enfermeiro (700\$00), um escriturário e servente (respetivamente com 250\$00 e 100\$00)⁸¹.

Relativamente aos trabalhadores não qualificados, desde 1937 que tanto as condições de trabalho como as salariais sofreram com as restrições financeiras. Para a elaboração de um orçamento sem *deficit*, a Junta procedeu ao corte de todas as despesas chamadas facultativas. Assim, foi fixado um vencimento mensal e foram suprimidas as gratificações do pessoal. Deliberaram ainda que o pessoal utilizasse a alimentação destinada aos internados, assegurando o direito de alimentação, mas retirando o subsídio que recebiam para esse fim⁸².

Em 1950 Constance Davon propunha o aumento do salário do “pessoal menor” das Casas da Criança, pois tornava-se “muito difícil, senão impossível, o recrutamento destas assalariadas pelos salários actuais”⁸³.

Os trabalhadores, em 1956, ainda eram recrutados para os estabelecimentos da JPBL com salários inferiores aos praticados na região, surgindo, com frequência, pedidos de aumentos e ajustes. O director de Semide, a este respeito, dirigiu-se ao presidente da Junta a informar sobre a necessidade de aumentar os salários da lavadeira (que deveria ganhar o mínimo de 200\$00 mensais) e dos trabalhadores da cerca (que ganhavam 18\$00 em Semide, contra 22\$00 diários que ganhavam no exterior). Esta pretensão não foi acolhida, com a justificação de que estes “tinham serviço assegurado na Escola, durante o inverno, o que não acontecia com os outros, que no inverno, não têm trabalho”. Quanto à lavadeira, em “nenhuma casa de assistência se pagava mais de 120\$00 mensais”⁸⁴.

A Superiora do Hospital Sanatório de Celas e a responsável da Casa da Criança dos Olivais renovaram, em 1960, os pedidos de aumento de vencimento da cozinheira, costureira, ajudantes de cozinha, lavadeiras, fogueiro e restante pessoal⁸⁵.

Quanto aos horários de trabalho, é de mencionar que nas oficinas da Escola de Semide (sapataria, tipografia e alfaiataria) se faziam 8 horas (das 8h às 12h e das 13h às 17h), enquanto os da cerca trabalhavam de “trindades a trindades” e o serviço só era interrompido durante o tempo indispensável para as refeições⁸⁶.

A forma como as restrições orçamentais recaíam sobre estes trabalhadores era ainda agravada com a sobrecarga de trabalho a que eram obrigados. Nos anos 1950, por determinação de Bissaya Barreto, a oficina de sapataria Escola Profissional de Agricultura de Semide assumiu todo o trabalho de conserto do calçado assim como a feitura dos sapatos novos para os internos nas instituições a cargo da Junta. Também produzia os impressos necessários ao funcionamento das diversas instituições, fichas sociais, guias de entrada de menores, capas de processo de internamento, folhas de papel timbrado, boletins para tratamento e de cadastro, inquéritos sociais, cartazes e cadernetas de entrada no Portugal dos Pequenitos, impressos destinados à cobrança de cotas dos sócios do Ninho dos Pequenitos, bilhetes-postais ilustrados da Casa da Criança de Castanheira de Pera. A costureira privativa, por seu lado, queixava-se do excesso de serviço para as crianças e jovens e para os velhos asilados. No início do inverno, principalmente, havia que concertar os capotes dos velhos, fazer os panos para a apanha da azeitona e os consertos das fardas dos internos.

No Hospital Sanatório de Celas, o reduzido número de pessoal ao serviço não dava “margem para folgas e, o pessoal, cansado, não pode desempenhar convenientemente o seu trabalho”⁸⁷.

Num país isolado e subjugado a uma ditadura, que elevava a pobreza à categoria de virtude, a política assistencial da Junta da Província da Beira Litoral destaca-se no panorama nacional, pela qualidade e amplitude do complexo assistencial edificado para a melhoria das condições de educação, saúde e bem-estar, acessível a milhares de crianças, doentes e mulheres grávidas.

Aliando, de uma forma singular, a ideologia do higienismo e do evolucionismo com o poder, Bissaya Barreto configurou uma política pública, assistencial e local que, e corroborando com Reis Torgal, nos permite considerá-lo um filantropo e reformador social.

NOTAS

- ¹ A opção por estas áreas de formação terá significado alguma “hesitação quanto ao rumo a seguir” (FBB, 2008: 19) ou uma busca intencional de um conhecimento mais alargado e cabal sobre as relações entre filosofia, ciência e pedagogia?
- ² Informação cedida pelo Sr. Victor Leitão, à época Inspetor dos Serviços Médico-Sociais da Delegação de Coimbra da Federação das Caixas de Previdência (anos 1960).
- ³ Informação cedida pela Dra. Cristina Nogueira, do Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto.
- ⁴ AUC – AD, Livro de Actas das Sessões da Junta Geral do distrito de Coimbra, nº 13, fls. 24-25 e 28.
- ⁵ CDBB – BB COR CX. 5 (1940-1945) - Correspondência de Ramada Curto a Bissaya Barreto em 10/1/1940.
- ⁶ CDBB – BB COR CX. 4 (1936-1939) - Correspondência de Afonso Lopes Vieira a Bissaya Barreto em 13/9/1939.
- ⁷ AUC – AD, Livro de Actas do Conselho Provincial da Beira Litoral. Segundo a Ata de instalação do Conselho Provincial da Beira Litoral de 22/3/1937, estiveram presentes: capitão António Pedro Fernandes, Dr. Lino Cardoso, Doutor Fernando Pimentel de Almeida, Dr. João Cardoso Moniz Bacelar, capitão Henrique Ferreira V, Dr. António Alberto Torres Gouveia, Fernando Carlos Pinto de Campos Magalhães, Dr. João Cúcio, Dr. João Constantino, David Augusto Júlio, Augusto Duarte Henrique Simões, Tenente José Beato, Dr. António Maria Campeão de Freitas, Dr. Adriano Rego, Dr. José Maria Pereira Jesus, Manuel Alves Cepas, Dr. Manuel Simões Barreiros, Olímpio Duarte Alves, Dr. António Monterroso Farinha, padre José Nogueirão, Francisco Caldeira (Conde da Borralha), Dr. Luciano Correia, Major Gaspar Ignácio Ferreira, padre João Rodrigues Marques Valente Diniz Gomes, António Antunes Breda, Dr. José Tavares Afonso Cunha, Alfredo Andrade, António Duarte Sereno (Visconde de Bustos), Dr. Artur Marques Espanha, Alexandre Martins Pereira da Silva Tavares, Dr. Augusto Bilelo, Dr. Domingues de Almeida Brandão, Coronel Domingues Barreira da Silva Pataco, Dr. José Santos Bessa, Mário Pais Martins dos Santos, Virgílio Pereira da Mota, Dr. Aurélio de Almeida, Dr. Alberto Soares Machado, Dr. José Fernandes Carvalho, Dr. João Duarte Oliveira, Dr. Abílio Mendes Pinheiro de Magalhães Moreia, Dr. Pedro Castro Pinto Bravo, Doutor João Providência de Souza e Costa António Henriques, Dr. Eduardo Souto e Joaquim Júlio. Foram eleitos o vice presidente: Doutor João Duarte de Oliveira; 1º secretário D. José Fernandes de Carvalho, 2º secretário Dr. Alberto Soares Machado.
- ⁸ AUC – AD, Livro Registo de Orçamento de Corporações Administrativas da Junta Geral de Coimbra, 1914, nº 1.
- ⁹ AUC – AD, Livro de Actas do Conselho Provincial da Beira Litoral. Sessão ordinária do Conselho Provincial de 2 dez 1937, fls 4,5 e 6.
- ¹⁰ AUC – AD, Cx. 141, Correspondência de janeiro a junho de 1937, ofício n.ºs 595 e 722 de 12 de maio e 1 de junho ao Ministro do Interior.
- ¹¹ AUC – AD, Cx. 141 JPBL, Correspondência de janeiro a junho de 1937, do presidente da JPBL com o Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ofícios n.ºs 840 a 852 de 23 e 30 de junho.
- ¹² No país existiam quatro jardins escola João de Deus criados na República. O primeiro em Coimbra (1911) Figueira da Foz e Alcobaça (1914) e Lisboa (1915). Em CARDONA:2008: 14.
- ¹³ AUC – AD, Cx. 441, of. N.º 2836, do Comissariado do Desemprego do Ministério das Obras Públicas, de 20/11/1952.
- ¹⁴ AUC – AD, Cx. 441. Memória descritiva Parque Infantil da Mealhada e da Casa da Criança de Poiães de 25/6/1950.
- ¹⁵ AUC – AD, Cx. 459, Regulamento da Colónia de Férias “Ar e Sol” de Vila Pouca da Beira, de 1/7/1958.
- ¹⁶ AUC – AD, Cx. 449, correspondência entre o Presidente da JPBL ao Diretor Geral de Assistência entre 25 de Julho e 26 de Setembro de 1944.
- ¹⁷ AUC – AD, Cx. 141, Correspondência entre o diretor dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Presidente da JPBL, em 5/2/1937.
- ¹⁸ AUC – AD, Cx. 451 Processos relativos à administração dos vários estabelecimentos de assistência (331-367) Modelo III – Assistência Sanitária sem Internamento, INE, 1955.
- ¹⁹ AUC – AD, Livro de Actas do Conselho Provincial da Beira Litoral. Reunião do Conselho Provincial de 2 de Dezembro de 1952, p. 2.

- ²⁰ AUC – AD, Cx. 452 (379), Carta e notícia anexa do Bureau International Catholique de l'Enfance, de 25/2/1958.
- ²¹ AUC – AD, Cx. 447, Correspondência entre o Presidente da JPBL e o Subsecretário de Estado da Educação Nacional em Setembro e Outubro de 1954.
- ²² AUC – AD, Cx. 141, Correspondência da extinta Junta Geral de Coimbra ao diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Contas de 27/1/1937.
- ²³ AUC – AD, Cx. 451, Subsídios concedidos pelo Estado para o ano de 1957 para a Obra da JPBL.
- ²⁴ AUC – AD, Cx. 444, 447 e 460, Livro de Receitas Modelo 8-A, 1948 e Livro de Receitas – 1949, 1951, 1952.
- ²⁵ AUC – AD, Cx. 451, Subsídios concedidos pelo Estado para o ano de 1957 para a Obra da JPBL.
- ²⁶ AUC – AD, Cx. 444 e 447.
- ²⁷ AUC – AD, Cx. 451, Processos relativos à administração dos vários estabelecimentos de assistência (331-367), 1955.
- ²⁸ Adaptado do ponto 3.5.2, do capítulo III da II parte da tese de doutoramento de Maria Rosa Tomé *Justiça e cidadania infantil (1820-1978) e a Tutoria da Infância de Coimbra*, apresentada à FLUC, 2012, p. 241-257.
- ²⁹ AUC – AD, Cx. Processos de admissão de Internados a cargo da Junta da Província da Beira Litoral 1922-1957.
- ³⁰ A primeira referência da sua participação data de 1940, no processo n.º 248, com um pedido de colocação no Ninho dos Pequenos, por parte da Assistente Social da Maternidade Daniel de Matos, Maria Jorge de Lucena Sampaio de Carvalho. A partir de 1945 aparecem com frequência relatórios sociais nos processos. AUC, principalmente a partir dos processos de admissão n.º 701.
- ³¹ AUC – AD, Processo de Admissão à Obra Antituberculosa de Coimbra n.º 91, 246, 561, 597, 615, 752, 620, 623, 625, 923 e 1258. Dep II-AD/est 17/Tab 5/391, 392, 393, 394.
- ³² AUC – AD, Cx. 391. Processo de Admissão à Obra Antituberculosa de Coimbra n.º 489 de 1943.
- ³³ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS. n.º 44 de 18 de Janeiro de 1937.
- ³⁴ AUC – AD, Cx. 445, Circular de 21 de julho de 1948 para os estabelecimentos da JPBL: Semide, Ninho, Penacova, Aveiro, Leiria, Salreu, Ourém, Santa Clara, Loreto, Castanheira de Pera, Sever do Vouga, Olivais e Figueira da Foz.
- ³⁵ AUC – AD, 141, Correspondência Expedida de janeiro a junho de 1937, of. n.º 380 de 24 de março de 1937, para o diretor do Asilo Distrital de Leiria.
- ³⁶ AUC – AD, Cx. 448 (216). Notas fornecidas pelos estabelecimentos do horário das refeições servidas às crianças. Escola Profissional de Agricultura de Semide, 7/9/1953.
- ³⁷ AUC – AD, 141. Correspondência de janeiro a junho de 1937, ofs n.ºs 423, 457 e 579 de 30 março, 5 e 12 de abril de 1937 para a regente do Ninho dos Pequenos.
- ³⁸ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 7, 1930.
- ³⁹ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 3, 1934.
- ⁴⁰ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 11, 1936.
- ⁴¹ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.ºs 3, 4 e 11, 1932.
- ⁴² AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 28, 1933.
- ⁴³ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 1, 1935.
- ⁴⁴ AUC – AD, 141 JPBL, Correspondência de janeiro a junho de 1937, ofícios n.º 819 de 21 de junho.
- ⁴⁵ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 20 e 30, 1933.
- ⁴⁶ AUC – AD, Cx. 448 (216). Notas fornecidas pelos estabelecimentos do horário das refeições servidas às crianças. Escola Profissional de Agricultura de Semide, 7/9/1953.
- ⁴⁷ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 3, 1930.
- ⁴⁸ AUC – AD, 141 of 3382, de 29/11/1955.
- ⁴⁹ AUC – AD, SR: Registo de Ordens de Serviço (1930- 1936). OS n.º 15, 1936.
- ⁵⁰ AUC – AD, Cx. 449, of. 3469 de 17/11/1956, ao Presidente da JPBL.
- ⁵¹ AUC – AD, Cx. 449, of. 726 de 6/3/1956, ao Presidente da JPBL.
- ⁵² AUC – AD, Cx. 449, of. 726 de 6/3/1956, ao Presidente da JPBL.
- ⁵² AUC – AD, Cx. 441, Projeto de trabalhos de reparação da Casa de Educação e Trabalho D. Helena Quadros, em Sever do Vouga, março de 1949.
- ⁵³ AUC – AD, Cx. 442, Aproveitamento escolar dos alunos do Asilo Distrital de Leiria no ano letivo de 1951/1952, 7/8/1952.
- ⁵⁴ AUC – AD, Cx. 447, Relação dos internados em 28 de outubro de 1954, considerando as disposições da circular n.º 43 de 27/10/1954.
- ⁵⁵ AUC – AD, Cx. 446, of. 5200 de 14/6/1955, do diretor da Escola Profissional de Agricultura de Semide ao Presidente da JPBL.

- ⁵⁶ AUC – AD, Cx. 449, of 1212 de 21/4/1955 o Presidente da JPBL á Regente da Casa de Educação e Trabalho D Helena de Quadros, de Sever do Vouga.
- ⁵⁷ AUC – AD, Cx. 449, of. 1189 de 23/4/1956, ao Presidente da JPBL.
- ⁵⁸ AUC – AD, Cx. 14, correspondência do presidente da JPBL ao diretor interino da Escola Profissional de Agricultura de Semide, de 27/1 e 16/3/1937.
- ⁵⁹ AUC – AD, 141, correspondência do presidente da JPBL ao diretor da Escola Profissional de Agricultura de Semide, de 3/1 /1956.
- ⁶⁰ AUC – AD, 141, of 3169 de 9/11/1955, do presidente da JPBL ao diretor da Escola Profissional de Agricultura de Semide.
- ⁶¹ AUC – AD, Cx 451 (335). Verbetes estatísticos da Direção Geral de Assistência (1956).
- ⁶² AUC – AD, Cx 454, (464), Estatística do INE (registo n.º 419) Assistência Materno-Infantil prestada durante 1954.
- ⁶³ AUC – AD, Cx. 451 (335). Verbetes estatísticos da Direção Geral de Assistência (1955 e 1956).
- ⁶⁴ AUC – AD, Cx. 452, Resposta à circular n.º 3 de 24/7/1957.
- ⁶⁵ AUC – AD, Cx. 447, Regulamento da Colónia Balnear “Dr Oliveira Salazar” da Gala, de 22/7/1954 e Cx. 459, Regulamento da Colónia de Férias “Ar e Sol” de Vila Pouca da Beira, de 1/7/1958.
- ⁶⁶ AUC – AD, Livro de Actas do Conselho Provincial da Beira Litoral. Coimbra, 1937, fl. 4., AUC
- ⁶⁷ AUC – AD, n.º 534. Registo de Orçamentos de Corporações Administrativas, Junta Geral de Coimbra, 1914, n.º 1.
- ⁶⁸ AUC – AD, Cx. 462, Processos relativos à Administração dos Vários Estabelecimentos de Assistência, Boletins Estatísticos da DGA, 1953.
- ⁶⁹ AUC – AD, Correspondência Expedida da JPBL, Tabela n.º 221, of. n.º 3723, de 17 de dezembro de 1959, para a regente do Hospital Sanatório de Celas.
- ⁷⁰ AUC – AD, Correspondência Expedida da JPBL, Tabela n.º 221, of. N.º 3792, de 31 de dezembro de 1959, para o INE.
- ⁷¹ AUC – AD Cx. 442, Processos relativos à Administração dos Vários Estabelecimentos de Assistência, Dossier do Hospital Sanatório de Celas, 12 de fevereiro 1948, of. dirigido à Regente do Hospital Sanatório de Celas.
- ⁷² AUC – AD, Cx. 450 Processos relativos à Administração dos Vários Estabelecimentos de Assistência, Boletim Estatístico da DGA, 1955.
- ⁷³ AUC – AD, Cx. 459. Pedido de aumento de diárias dos doentes do Hospital Sanatório de Celas de 1959. Correspondência do Presidente da JPBL ao Ministro da Saúde e Assistência Social e ao diretor do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, respetivamente de 19/10 e 14/3 de 1959.
- ⁷⁴ AUC – AD, Cx. 459. Pedido de aumento de diárias dos doentes do Hospital Sanatório de Celas de 1959. Correspondência do Presidente da JPBL ao Ministro da Saúde e Assistência Social e ao diretor do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, respetivamente de 19/10 e 14/3 de 1959.
- ⁷⁵ AUC – AD, Cx. 141, Correspondência Expedida de janeiro a junho de 1937, ofício n.º 381 de 24 de março de 1937, para a Superiora do Hospital Sanatório de Celas.
- ⁷⁶ AUC – AD, SR: Registo das Ordens de Serviço (1930-1936), OS n.º 5, 1936.
- ⁷⁷ AUC – AD, Correspondência Expedida da Junta Distrital de Coimbra de 1960, of. n.º 302, de 2 de fevereiro para o diretor do Instituto Nacional de Assistência Nacional aos Tuberculosos.
- ⁷⁸ Ninho dos Pequenitos e Parque Infantil Dr Oliveira Salazar (1938-1942): estiveram respetivamente, as EPVI Madeleine Jamot, Ester de Jesus Fernandes e a Assistente Social (AS) Maria Adozinda Sarmento Soeiro Cerdeira de Penalva Rocha. Casa da Criança Santa Clara (1941-1957): Diretora - AS Arinda Norma Alba Marini, e as AS Maria Adozinda Sarmento Soeiro Cerdeira de Penalva Rocha, Júlia de Matos; Maria Madalena Morais da Cunha Matos, Maria Leodette Osvalda Ferraz de Mendonça e Maria Adelaide Júlia Osório Leitão Buraca. OPGDC (1953-1957): EPVI Isabel Maria Virgínia Silva Pinto Serra e Moura. Casa da Criança do Loreto (1941-1957): AS Cândida Freire de Brito, Angélica Pinto Knopfli, Maria da Conceição Judite Saraiva de Andrade e EPVI Maria Manuela da Veiga Barreto Chichorro. Casa da Criança Castanheira de Pêra (1942-1955): AS Carolina Tavares de Lemos, Maria Adozinda Sarmento Soeiro Cerdeira de Penalva Rocha, Laura Rodrigues Pimenta, Maria da Conceição Pires da Rocha e Maria de Lourdes Godinho Gonçalves, Adozinda Gonçalves Carneiro e as EPVI Maria Alcina Pires Tavares e Amélia de Fátima Alves de Campos. Casa da Criança do Luso (1949-1951): AS Lucinda Moreira Antunes e Maria Eduarda Abranches Monteiro. Casa da Criança Águeda (1952 a 1954): AS Rosa Sereno de Almeida e Maria do Céu Rodrigues; Casa da Criança Arganil (1950-1955): AS Fernanda de Oliveira Ribeiro e as EPVI Amélia de Fátima Alves de Campos, Alice Diniz de Carvalho e Adélia Ataíde Sá e Melo Albuquerque. Casa da Criança Mealhada (1953-1955): EPVI Adélia Ataíde Sá e Melo Albuquerque e a Regente Judite Iolanda Capelo dos Santos. Casa da Criança Olivais (1943-1946): AS e EPVI Maria de Lourdes Epifânio Gomes de Azevedo Reis Alves e as EPVI

Alice Laidley Guedes Martins de Carvalho e Maria Guilhermina Mendes Bacelar. Instituto Maternal de Coimbra (1946-1948): EPVI Armanda de Almeida Melo e Maria José Soares Carreira da Silva. Na Casa da Criança da Figueira da Foz: AS Júlia Albertina Leitão de Alcântara Carreira, desde 1944. Casa da Criança de Albergaria a Velha (1953-1954): EPVI Maria Isabel dos Santos Figueiredo e Maria Margarida Coreia Tavares. Casa da Criança de Alvaiázere (1954-1956): EPVI Damascena Augusta Nogueira da Costa. Na Colónia Balnear Infantil na Gala, Figueira da Foz de julho a outubro de 1953 foi regente a AS Mariana Albertina Agostinho Simões. Dispensário de Higiene Social do Pátio de Inquisição de Coimbra (1941-1942): AS Angélica Pinto Knopfli. Centro de Profilaxia e Diagnóstico da Zona Centro – IANT (1952-1959): a enfermeira visitadora Maria Jorge de Lucena Sampaio de Carvalho, AS Maria Alice Proença de Oliveira Cid e Maria da Conceição Diniz de Carvalho e a EPVI Graciete Valadaz Cartaxo. Hospital Colónia Rovisco Pais da Tocha (1947-1958): AS Ana Maria de Campos Magalhães, Judite Dias Passos Pinto e Maria Augusta Montinho Pereira como Diretora da Creche e Preventório Bissaya Barreto e Comissão de Obras e Comissão Instaladora. Arquivo da Escola Normal Social de Coimbra no ISMT. Fichas dos Processos Individuais das alunas da ENS de Coimbra de 1937-1956.

⁷⁹ AUC – AD, Cx. 442, Processos Relativos à Administração dos Vários Estabelecimentos de Assistência, 1950. Carta de Constance Davon de 7 de Fevereiro de 1950.

⁸⁰ AUC – AD, Cx. 442, Processos Relativos à Administração dos Vários Estabelecimentos de Assistência, 1950. Carta de Bissaya Barreto de 10 de Fevereiro de 1950.

⁸¹ AUC – AD, Cx. 449, correspondência do Diretor Geral de Assistência ao Presidente da JPBL em 22 de Setembro de 1944 e relação do pessoal que presta serviço na Junta Médica de Coimbra, de Assistência aos funcionários Cíveis Tuberculosos e seus vencimentos mensais de 4 de Julho de 1956.

⁸² AUC – AD, Cx. 141, Correspondência de janeiro a junho de 1937, of. n.º 237, 360 e 361 de 5 e 23 de março de 1937.

⁸³ AUC – AD, Cx. 444, correspondência de Constance Davon ao Presidente da JPBL de 7/12/1950.

⁸⁴ AUC – AD, Cx. 141, of. 768 de 9 e 14/3/1956.

⁸⁵ AUC – AD, Cx. 459, Correspondência da Superiora do Hospital Sanatório de Celas ao Chefe de Secretaria da JDC, de 22/1/ 1960 e de R. Trouvay ao Presidente da JDC de 4/2/1960.

⁸⁶ AUC – AD, Cx. 141, of. 3387, de 29/11/1955, do Presidente da JPBL ao diretor da Escola Profissional de Agricultura de Semide.

⁸⁷ AUC – AD, Cx. 459, Correspondência da Superiora do Hospital Sanatório de Celas ao Chefe de Secretaria da JDC, 1960.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Fernando Bissaya (2013) - *Uma obra social realizada em Coimbra*. Volume I a III, Coimbra, 1970-1971. Coimbra: Centro de Documentação Bissaya Barreto.

BARRETO, Fernando Bissaya (1956) - *Subsídios para a História II. Notes sur quelques établissements d'assistance de la Province de Beira Litoral*. Coimbra: Junta da Província e da Beira Litoral.

CARDONA, Maria João (2008) - *Contributos para a história do grupo dos profissionais de educação de infância em Portugal*. Em *Interações* n.º 9 p. 4-31.

CATROGA, Fernando (2013) – *A geografia dos afectos pátrios*. Coimbra: Almedina.

CATROGA, Fernando (2005) – *Geografia política. A querela da divisão provincial na Primeira República e no Estado Novo*. Em FONSECA, Fernando Taveira (org.) *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 171-242.

CRUZ, Alice (2008) - *A lepra entre a opacidade do véu e a transparência do toque. Interstícios de sentido na última leprosaria portuguesa*. Coimbra: (dissertação de mestrado em Sociologia apresentada à FEUC).

FUNDAÇÃO BISSAYA-BARRETO (2008) - *Fundação Bissaya-Barreto um homem de causas. Fotobiografia*. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto.

GOEMAERE, Pierre (2011) – *Os grandes contemporâneos*. Bissaya-Barreto. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto.

GOMES FERREIRA & MOTA (2012). *Memória e história, Das fontes documentais aos testemunhos orais no projeto das Casas da Criança (1938-1965)*. Em III Fórum Ibérico de Museísmo Pedagógico – V Jornadas Científicas da SEPHE, p. 435-451.

HOMEM, Amadeu Carvalho – *Bissaya Barreto e a implantação da República*, Fundação Bissaya Barreto, 2010.

MARQUES, A. Oliveira (Coord.) (1991) – *Portugal da Monarquia para a República. Vol. XI da Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. Oliveira (1988) - *Ensaio de História da I República Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte.

MARTINS, Alcina (2011). *70 anos de formação em Serviço Social em tempos de ditadura e de democracia: da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga*. Em *Revista Temporalis*, ano IX, n.º 18, p. 187-213.

MARTINS, Alcina (2010) - *Génese, emergência e institucionalização do serviço social português*. 2ª ed. Beja: Encadernação Progresso.

MATOS, Patrícia Ferraz (2010) - *A História e os Mitos: manifestações da ideologia colonial na construção do Portugal dos Pequenitos em Coimbra*. Lisboa: 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos.

MENDONÇA, Maria Manuela (2006) – *Hospital Sobral Cid. Das origens ao cinquentenário. História, imagens e memória*. Coimbra: Minerva Coimbra.

OLIVEIRA, Cesar de (Dir.) (1995). *História dos Municípios e do Poder Local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*. Edição de Círculo de Leitores.

PIMENTEL, Irene (1999). *A assistência social e familiar no Estado Novo nos anos 30-40. Análise Social*, vol. XXXIV, (2.º-3.º), p. 477-508.

SALGUEIRO, Nídia (2010) - *Bissaya-Barreto, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra e Obra Médico-Social*. Rev. Enf. Ref. [online]. vol. ser III, n.º 1 p. 131-152. Disponível em:

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832010000300015&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0874-0283 (acedido em 25/3/2013).

SILVA, Cristina Emília (2010) - *Portugal Pequeno, Resdomus*. Porto: Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, p.1-19. Disponível em www.resdomus.blogspot.com (acedido em 23/3/2013).

SOUSA, Jorge Pais de (1999) – *Bissaya Barreto. Ordem e progresso*. Coimbra: Minerva.

TOMÉ, Maria Rosa (2012) – *Justiça e cidadania infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*. Coimbra: (tese de doutoramento em Letras na área de História apresentada à Universidade de Coimbra).

TORGAL, Luís Reis (2009). *Estados Novos. Estado Novo. Ensaios de História política e cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TORGAL, Luís Reis (1977). *A 'terceira' conversão de Bissaya Barreto*. *Jornal de Coimbra* de 17 de Setembro.

Código Administrativo Português. Lisboa, 1837.

Decreto-Lei n.º 27:424 de 31 de dezembro de 1936 – Código Administrativo.

Decreto-Lei n.º 31:095 de 31 de dezembro de 1940 – Código Administrativo e o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes.

Decreto-Lei n.º 42 536 de 28 de setembro de 1959 – modificações ao Código Administrativo.